



ATA NÚMERO 25

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2017

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Armindo José da Cunha Abreu, Hélder José Magalhães Ferreira e Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Lucinda Fonseca, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães, Raimundo Magalhães Carvalho, Angelina Teixeira, Américo Paulo Silva Ribeiro e Pedro Manuel Barros Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, **Armando Batista Carvalho**, Octávia Manuel Clemente, **Joaquim Teixeira**, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Carlos António da Silva Carvalho, **Rui Borges**, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Ana Rita Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Sílvia Mota**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e José Augusto Pinto da Silva.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Vaz substituído por Raquel Marinho
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
Lomba – José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – José Francisco Azevedo Pinto
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo

VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Joaquim António Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Teixeira Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Alexandra Matias, Maria José Castelo Branco, Fernando Miguel Cardoso, Maria Lúcia Barbosa Coutinho e Hugo Vaz.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a de oito de abril de dois mil e dezassete.

Relativamente a esta ata, apenas solicitaram algumas correções os senhores Deputados Carlos Carvalho, José Joaquim Magalhães Teixeira e Ana Rita Batista. As correções foram efetuadas de imediato. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram a ata de oito de abril, por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes Deputados: Flávia Queirós, Rui Borges, António Araújo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Raquel Marinho, Rui Leite, Sandra Castro e Cláudia Daniela Mota e Silva.

Da votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

De seguida, deu entrada na Mesa um **Voto de Pesar**, subscrito por todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia Municipal, que foi lido pelo senhor Presidente da Assembleia e que a seguir se transcreve na íntegra: “A Assembleia Municipal de Amarante, reunida, em Sessão Ordinária, no Salão Nobre do Município, no dia 30 de junho, delibera aprovar um voto de pesar pelos recentes acontecimentos trágicos ocorridos na sequência dos incêndios que lavraram com grande intensidade no centro do país, causando a perda de muitas vidas humanas, para além de incontáveis danos materiais.

Delibera ainda apresentar sentidas condolências aos familiares das vítimas, assim como manifestar solidariedade para com os autarcas dos municípios afetados, empenhados agora na reconstrução dos seus territórios, permitindo, desta forma, que as populações que foram tão duramente atingidas possam retomar a sua vida no mais curto espaço de tempo, na certeza, porém, de que haverá marcas que jamais será possível apagar da sua memória”.

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra, o senhor Presidente colocou de imediato à votação, tendo sido aprovado por Unanimidade.

Deu também entrada na Mesa uma **Moção** sob o título: “**Pelo Externato de Vila Meã**”, subscrita por todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia Municipal, que foi lida pelo senhor Presidente da Assembleia e que a seguir se transcreve na íntegra: “A decisão de abertura de turmas para início de 3º ciclo e de ensino secundário no próximo ano letivo, no Externato de Vila Meã (EVM), foi apenas o reconhecimento de que, a situação de Vila Meã, no contexto da rede do Serviço

Público de Educação, era uma situação diferente daquelas que, a nível nacional, se procuraram resolver.

Foi, pois, a constatação de que, independentemente das políticas educativas, o caso do Externato de Vila Meã e do território educativo onde se implanta configurava um caso diferente - quer no domínio da ausência de oferta pública, quer quanto à importância do Externato como polo agregador e dinamizador do tecido económico local - que sustentou a decisão agora tomada.

A verdade, porém, é que reconhecer essa diferença implica também o reconhecimento de que a decisão tomada em 2016/17 foi profundamente errada - **nada** se altera tão rapidamente no espaço de um ano. Se se reconhece a importância do Externato de Vila Meã para o ano letivo de 2017/18, não pode ignorar-se que tal era também a realidade do ano letivo que agora termina. E foi nesse sentido que o EVM constituiu, em 2016/17, com conhecimento do Ministério da Educação, cinco turmas de 5º ano e de 7º ano e três turmas de 10º ano.

Reconhecer uma situação em 2017/18 e não a reconhecer em 2016/17 implica transformar esse reconhecimento numa forma de não tornar viável a continuidade do Externato de Vila Meã, porque não lhe será possível continuar a acumular os encargos financeiros de 13 turmas que foram constituídas para dar resposta às necessidades locais, que não foram objeto de qualquer financiamento por parte do Estado Português. Continuar o Serviço Público de Educação em Vila Meã implica o financiamento dessas turmas e da sua continuidade.

Assim, com este objetivo, propõe-se que a Assembleia Municipal de Amarante delibere:

1. Afirmar junto do Ministério da Educação a absoluta necessidade de se aplicarem às turmas constituídas em início de ciclo, no Externato de Vila Meã, no ano letivo de 2016/17, os mesmos pressupostos que sustentaram a abertura de concurso para turmas de início de ciclo, para as mesmas freguesias, para o ano letivo de 2017/18 e para o triénio de duração da conclusão desses ciclos de escolaridade;
2. Dar conhecimento do teor desta Moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao senhor Ministro da Educação e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República”.

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra, o senhor Presidente colocou-a de imediato à votação. Obteve a aprovação por Unanimidade.

Passou-se de imediato ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse que a nossa cidade está por natureza dotada para o turismo. A natureza privilegiou-nos. Este fator é importantíssimo e tem alavancado a nossa economia. É nesse sentido que eu faço aqui a minha intervenção para dizer que a Câmara, nomeadamente ao nível da limpeza pode ajudar muito para termos aqui mais turismo e melhor turismo. Refiro dois aspetos que não contribuem, a meu ver, para trazermos turismo. Um deles prende-se com a passagem inferior da Ponte da Avenida Primeiro de Maio, uma vez que há dias em que é impossível passar-se por ali, dado o cheiro intenso a urina. Ora como este é um local de muita passagem não é certamente um bom cartaz. Peço por isso ao senhor Presidente que diligencie junto dos serviços de limpeza que procedam regularmente à sua lavagem.

O segundo aspeto, toca-me também enquanto ser humano e não é também um bom cartaz para Amarante. Falo de duas famílias que vivem nos terrenos por cima do terminal dos autocarros. Isto não abona nada a favor do turismo e é urgente resolver aquela situação.

Também reparo, e uma vez que já estamos no verão i que o passadiço que o ano passado serviu de acesso à Ínsua, não está instalado, e eu perguntava ao senhor

Presidente se vai prosseguir com aquele trabalho nos mesmos moldes em que o pensou? Pergunto-lhe também se aquilo que está executado lhe agrada e se está dentro daquilo que tinha pensado para ali?

Gostaria ainda de saber se o estudo que foi encomendado ao Professor Pedro Teiga já está pronto e nesse sentido saber se a Câmara já tem mais algumas respostas para aquela zona. Reparo que o trabalho que lá está executado, faz lembrar o trabalho que muitas vezes fazemos nas nossas casas, que depois de feito nos arrependemos de o ter executado. O que está lá feito está feio. E parece-me que há dinheiro que foi por água abaixo, porque o apoio colocado do lado da Ínsua foi pelo rio abaixo. O que nos tem a dizer sobre estas questões?

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que felicitava a Câmara pela realização de algumas iniciativas que promoveu, nomeadamente o apoio que deu ao Rali de Portugal, que correu muito bem e deu grande projeção a Amarante, assim como já tinha dado o ano passado, projeção essa quer nacional quer internacional. Obrigado senhor Presidente pelo apoio que deu ao Rali.

As festas do junho também correram muito bem.

O UVVA também foi um evento que correu bem, na promoção de um produto de grande relevo e importância para Amarante. Penso que de ano para ano está a ter maior relevo e maior projeção.

No dia quatro de julho vai arrancar a obra do Sistema Viário de Vila Meã.

Vem aí o festival MIMO.

Estive também a fazer uma pequena pesquisa e não resisto a realçar a nova dinâmica que está a acontecer em Amarante. Vou dar alguns exemplos, que devem ser um orgulho para todos nós. Amarante candidata-se a um projeto europeu para dinamizar Património e a Música. Hoje mesmo houve uma sessão neste sentido. Especialistas mundiais ajudam a desenvolver empresas inovadoras em Amarante no âmbito do projeto Start Industry e por isso vão estar em Amarante entre um e quinze de julho para ajudar a desenvolver empresas de carácter inovador na área da metalurgia, têxtil, vestuário, calçado, madeira, mobiliário e agroindústria.

Amarante e Vigo assinaram um protocolo de cooperação para a promoção turística bilateral.

Amarante foi também escolhida para acolher a Bienal Ibérica do Património Cultural que decorrerá no Centro histórico de Amarante entre treze e quinze de outubro e deverá reunir cerca de cem expositores entre entidades Portuguesas e Espanholas.

Amarante integra também o livro sob o título: “Casos de sucesso de municípios Portugueses”, onde o capítulo dedicado a Amarante tem como título – Amarante Premium, uma prática de marketing de análise territorial, sensorial e exponencial, onde é abordada a estratégia da Câmara Municipal de Amarante. Um dos eventos que está em destaque é o UVVA.

Por último o projeto IRIS, Incubadora Regional de Inovação Social, implementado pelo Banco Europeu de Investimento. Atendendo que o BEI queria avançar com o projeto de inovação social entendeu que Portugal seria o país para acolher esta iniciativa, havendo dois requisitos a observar: O primeiro seria a necessidade de encontrar instalações para instalar a sede e simultaneamente encontrar alguma capacidade técnica na região. Ao fazer esta prospeção o BEI encontrou nas instalações do Instituto Empresarial do Tâmega em Amarante as condições adequadas para acolher a sede da operação da primeira incubadora da região, bem como alguma capacidade técnica já realizada através da Agência de Desenvolvimento e da Câmara Municipal de Amarante que tem vindo a trabalhar estas temáticas de inovação e empreendedorismo. Este, é pois, um projeto no âmbito do

Banco Europeu de Investimento. Vejam só a dimensão disto! E felizmente Amarante foi escolhida para acolher esta iniciativa.

LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra disse que mesmo correndo o risco de se repetir, relativamente àquilo que o Dr. Araújo disse, mas que mesmo assim gostava de ir um pouco mais longe na referência que ele fez à UVVA. A UVVA que decorreu durante o último fim de semana e que coincidiu em termos meteorológicos com um tempo quente que propícia o tipo de mostra, até porque foi disso que se tratou. Todos aqueles que como eu tiveram a possibilidade de a visitar durante os três dias em que se realizou, puderam constatar que foi um êxito. Eu pela minha parte, porque também é uma questão que me toca particularmente naquilo que diz respeito à produção de vinho e à comercialização de vinho, porque também é disso que trata esta mostra que aqui decorreu pela segunda vez, verifiquei pessoalmente que para além de produtores de Amarante, estavam também produtores do Marco de Canaveses, que de resto, Marco e Amarante constituem a chamada sub-região vinícola de Amarante em termos de classificação da Comissão Regional de Vitivinicultura do Marão. É evidente que há aqui uma mudança de paradigma em termos de vinhos. O vinho tinto que era tradicionalmente o vinho do Vale do Tâmega e desta região, está a dar lugar aos vinhos brancos que constituem neste momento, e de certa forma, uma moda. Na minha maneira de ver, e aliás tive oportunidade de dizer isso a alguns produtores, aconselhei também algumas pessoas a experimentar os belíssimos vinhos tintos com as sandes de leitão e outras iguarias que estavam disponíveis. Mas a realidade é esta e é com isto que temos de nos confrontar e os produtores vão atrás daquilo que o consumidor está a pedir. Aquilo que eu penso e tive oportunidade de aconselhar aos produtores que produzem vinhos tintos de muita qualidade, é que não desistissem da sua produção e eles também aconselhassem as pessoas a consumi-los. Seria uma perda deixar de os produzir, porque fazem parte das nossas raízes e da nossa vitivinicultura, e Amarante, para além de outras coisas, é uma terra produtora de vinhos com muita qualidade. E isso ficou aqui mais uma vez bem demonstrado.

ANTÓNIO TOMÁS – CDS/PP

No uso da palavra, disse que queria fazer um alerta para duas situações que se verificam em Vila Meã. A primeira tem que ver com a zona do Externato de Vila Meã e a zona da Feira e que não têm uma única passadeira. Sendo um local de frequência de muita gente, justifica a colocação de passadeiras.

A outra situação prende-se com a estrada que foi cortada junto à passagem de nível, que continua com sinalização que não é adequada neste momento. Se calhar fazia sentido que fosse revista. Tem ali um sinal que impede o estacionamento e que não faz sentido porque a estrada está cortada.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor Presidente da Câmara.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente começou por agradecer a chamada de atenção para a questão da passagem inferior da Avenida 1º de Maio, e disse que ia ter essa questão em atenção. Concorro também com o senhor Manuel Pinheiro quando ele diz que uma das áreas importantes de negócio é o turismo e obviamente temos de ter isso em atenção. É verdade que as pessoas nem sempre têm o civismo que deveriam ter e obrigam-nos a ter uma atenção redobrada.

Relativamente à situação que se vive na Estação Rodoviária, efetivamente há lá dois grupos instalados. Os nossos Serviços já tentaram retirar uma das pessoas de lá, mas ela não aceita. Tem família, mas não quer ir para a família. Os nossos Serviços

estão a tentar resolver o problema, estando o caso também sinalizado na Segurança Social. A outra situação é mais crítica! Por várias vezes a GNR conseguiu que saíssem daquele espaço, mas depois voltam. Neste momento não tenho outra resposta para lhe dar, nem lhe posso apontar uma solução imediata. Gostava que este cenário não acontecesse.

Relativamente aos passadiços e à intervenção na Ínsua, quero dizer-lhe que os passadiços vão ser colocados durante o mês de julho. O pedido já está na APA e estamos neste momento à espera do parecer. A partir daí vamos continuar com a intervenção na Ínsua. Este é um projeto que demorará dez anos a requalificar. Vão-se criando algumas clareiras e vamos plantando espécies autóctones que desapareceram em 2001. Quando atingirem um tamanho adequado, prosseguiremos com a eliminação do resto das infestantes que ficaram. Este é um processo que vai demorar tempo. O ano passado plantamos mil e oitocentas árvores e este ano pensamos plantar outras tantas. Nesta fase não vamos obter o resultado que queremos, mas estou convencido que daqui a três ou quatro anos já vamos visualizar o efeito pretendido.

Relativamente ao trabalho que está a ser desenvolvido pelo Professor Pedro Teiga, quero dizer-lhe que neste momento há uma grande equipa a trabalhar, até porque nós vamos fazer uma candidatura ao POSUR e estou a falar de um investimento considerável para Amarante no que diz respeito à questão ambiental e ao rio, que representa alguns milhões de euros. Essa candidatura terá de ser submetida até ao final do mês de julho. Estamos a falar sete quilómetros e duzentos metros desde este ponto onde nos encontramos pela margem direita até Vila Caiz que tem que ver com o Parque Linear que é um projeto executado e planeado pelo Professor Sidónio Pardal. A montante, até à foz do Rio Olo, vamos requalificar todas as margens, se a candidatura for aprovada. Há depois uma outra parte do projeto que será requalificar as margens desde a foz até à nascente que é em Mondim. Este é um projeto que eu acredito que vai ser um projeto importantíssimo para Amarante que é uma cidade que tem uma beleza impar, um património fantástico e onde em termos culturais também somos uma referência. Eu acho que este projeto é fantástico para Amarante e dentro de dias vou levá-lo à Reunião de Câmara.

Agradeço as palavras do Dr. Araújo e os elogios feitos. Nós apenas tentamos ajudar a alavancar o território e aquilo que são as áreas âncora como por exemplo a questão do vinho verde, onde tivemos vários parceiros que nos ajudaram.

O Rali não é só de Amarante. É de todo o Norte do país e teve a ajuda de vários Autarcas para que ele viesse para a nossa região. Acho que a aposta está ganha e espero que continue. Quanto às outras atividades que estamos a realizar, espero que elas ajudem a que Amarante seja uma referência na região norte, no país e na europa porque já extravasamos muito aquilo que é o território nacional, porque Amarante merece ser dada a conhecer.

Agradeço também as chamadas de atenção do Engenheiro António Tomás e irei verificar o que se passa para encontrar uma solução.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato ao **PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO**, previamente inscrito para o fazer. Assim, e por ordem de inscrição começou por usar da palavra o senhor: **ARTUR FREITAS**, que no uso da palavra começou por dizer que o assunto que o traz à tribuna prende-se com a proposta do PDM que hoje se discute. Durante a fase da consulta pública invoquei a desconformidade do PDM em relação a documentos a que deve obediência, concretamente em relação à classificação da albufeira de Fridão como albufeira protegida, que é de 2010, e deve obediência ao plano de ordenamento do território da região Norte. Deve também obediência ao regime dos instrumentos de gestão territorial. A explicação que me foi dada, e à luz do código do procedimento administrativo, é automaticamente nula porque padece de insuficiência e de explicitação. A informação que me foi dada é que o desiderato que eu

pretendia se circunscreve a um espaço classificado como ambiente natural cuja disciplina automaticamente está salvaguardada. Não é verdade. Não me reporto à suspensão do PDM de Amarante que diz concretamente quais são os espaços, que são vários e não são espaço natural. Mas à classificação das águas da albufeira de Fridão que entrou em vigor em 2010, o que quer dizer que depois o PDM deve obediência tal e qual está no decreto que regula esta matéria a planos de outra hierarquia, nomeadamente ao plano de ordenamento de território da região norte, que diz que quando efetuado o plano de ordenamento da albufeira protegida de Fridão. A albufeira de Fridão envolve uma área de quinhentos metros a toda a volta e ainda uma zona de quinhentos metros a jusante do paredão. Diz também a Autoridade Nacional de Proteção Civil que de acordo com os instrumentos do regime do Ordenamento Territorial, as prescrições da Autoridade Nacional de Proteção Civil relevam em relação a qualquer outro conflito mesmo com o PDM. E o que diz a Autoridade Nacional de Proteção Civil é que o Plano de Ordenamento da albufeira de Fridão tem que contemplar a interdição do aumento da edificação em toda a área a inundar pela onda de inundação em caso de acidente. No mesmo sentido, diz o Plano de Ordenamento da região Norte que uma vez que os planos de ordenamento municipal devem obediência às prescrições da Autoridade Nacional de Proteção Civil. E mais diz: "nas áreas a atingir pela onda de inundação, já identificadas está interdita a edificação de novas unidades de bombeiros, escolas, forças de segurança e saúde". Eu li atentamente o parecer jurídico e o parecer jurídico elaborado pela ilustríssima jurista da Câmara remete para conceituados juristas e que dizem que em relação à questão de atender na fase de consulta pública tem que haver um motivo substantivo e um dos motivos substantivos é a condição de nulidade. O PDM é nulo porque a comete. Eu só quero dizer e lembrar que não se iludam. A Autoridade Nacional de Proteção Civil já exigiu e disse que o decisor não teve em conta a proximidade da albufeira de Fridão em relação a Amarante. Como tal e a atestá-lo está a não menção do que são os impactos e danos potenciais sobre a população de Amarante.

A barragem de Fridão é um fator de insegurança para Amarante. O futuro Plano Diretor da albufeira de Fridão deve mesmo interditar o aumento de edificação em Amarante. É também obrigatório haver uma carta de riscos. O que o PDM consagra são as zonas a inundar que são objeto de uma disciplina concreta que eu também conheço. O que acontece é que desde 2010, essas menções estão lá. E portanto colocavam-se duas questões. A primeira era a oportunidade de fazer a discussão do PDM que já vinha de uns anos atrás, precisamente a discussão pública quando estava a caducar a suspensão do PDM nas zonas que referi e o Governo só em junho é que efetivamente fez a extensão a prorrogação do prazo. O que acontece é que quem nos retorquiu, disse que era muito mais interessante que estas observações tivessem sido feitas em fase própria que eu tenho de rebater porque em fase própria nem a Câmara nem a freguesia de Fridão expressaram posição clara. Temos o direito a intervir, temo-lo feito e vamos continuar a fazê-lo a toda a hora. Quero com isto dizer ao senhor Presidente da Câmara que estou sempre disponível para esclarecer os meus pontos de vista. Nenhuma das frases que aqui estão é minha e quando eu pretendi saber qual era o risco que a barragem de Fridão representava para Amarante, a Câmara recusou indagar. Tive de recorrer a mecanismos coercivos e persuasivos. Dizia na altura um Diretor responsável que em "caso de rutura da barragem de Fridão a onda de inundação atingirá Amarante em treze minutos e passará treze metros acima da ponte de S. Gonçalo, ou seja vinte metros acima da maior cheia de que há memória. Não estão identificadas quais as populações em risco e qual o número de pessoas que potencialmente serão atingidas. É obrigatório fazer a caracterização dos danos potenciais nomeadamente a jusante da barragem que terão de ser obrigatoriamente quantificados independentemente do grau de probabilidade. E se estão cientes que a EDP é que vai tratar dos nossos interesses, esqueçam. A EDP refere no seu site e à

pergunta se Amarante está na zona de autossalvamento, é respondido que a zona de autossalvamento em relação à barragem é uma zona com um mínimo de cinco quilómetros.

Nesta altura foi dito ao orador que ele tinha esgotado o seu tempo de uso de palavra. Perante isto terminou a sua intervenção.

Usou de seguida a palavra **ANA BRAZÃO**, mestrada em engenheira do ambiente, em representação do GEOTA, Organização de Defesa do Ambiente, que começou por dizer que participou recentemente na consulta pública da revisão do PDM de Amarante. Infelizmente a nossa participação foi considerada fora do âmbito por se considerar que a construção da barragem de Fridão estando incluída neste PDM era apenas um mera orientação de um plano setorial criado pelo Governo e sendo assim o PDM tinha de estar sujeito àqueles que seriam os desejos nacionais. Essa não é a leitura que nós fazemos. Na verdade a barragem de Fridão será, se vier a ser construída em 2019, a maior infraestrutura humana neste Município. Será um grave risco para as populações de Amarante e sobretudo para aquelas que habitam na zonas ribeirinhas. Irá alterar profundamente a qualidade da água e sobretudo aquilo que é o potencial turístico do Município, que tem a sorte de ter um dos últimos rios selvagens em Portugal. Isto é uma mais-valia para o concelho que o PDM devia ter acautelado quando pensa na gestão territorial a longo prazo.

Mas há aqui outra questão que também é muito importante, a falar de uma barragem que foi pensada há dez anos atrás. Quem andou cá a estudar aquilo que se passava no terreno, com a fauna, com a flora, com as condicionantes geológicas e hídricas, e sobretudo com os padrões e com as características socioeconómicas desta região, já se alteraram profundamente e na nossa opinião para muito melhor. Aquilo que se tem verificado é que o campo de novos negócios para o turismo, as novas dinâmicas sociais e as novas utilizações dadas aos solos têm melhorado muito. Temos que admitir que uma barragem, com um estudo de impacto ambiental realizado em 2010, que por lei à data caducaria em 2012, possa permitir que se inicie a construção em 2019. Ou seja, estamos a falar de uma barragem que foi pensada para um terreno que à data de hoje já em muito pouco se assemelha ao que lá estava. Essa é a nossa grande preocupação e por isso é que nós achamos que independentemente do PDM ter de acautelar os estados setoriais defendidos pelo Estado Português, era um ótimo momento para marcar uma posição política em relação à nossa opinião. Temos falado com muitos de vós, e em nenhuma das pessoas com quem temos falado vemos grande vontade que esta barragem venha a ser construída. Naturalmente existem as duas opiniões, mas no geral as pessoas identificam um grande conjunto de desvantagens, que vão muito para além das poucas vantagens que a barragem possa trazer. A grande desvantagem que é o risco para a população, devia ter sido acautelada neste PDM e não o foi.

O regime jurídico de instrumentos e gestão territorial, diz no seu artigo 116º que um programa nacional pode ser revertido através de um PDM ou através de um instrumento de gestão territorial ao nível regional. Isto acontece sempre que exista uma evolução ao nível das perspetivas do desenvolvimento económico e social e que sejam evidenciadas no terreno. Isto acontece hoje e cada vez mais. Portanto, este seria um ótimo momento para travar aquilo que todos querem ver travado. Essa era uma opção que estava em cima da mesa que poderiam ter tomado. Às vezes compram-se guerras, às vezes vencem-se batalhas com elas. Esta é a opinião do GEOTA e como tal este PDM não devia ser aprovado tal como está, porque não acautela os riscos que envolve para a população de Amarante. Vai pôr em causa o desenvolvimento económico e social do Município para os próximos setenta e cinco anos a contar a partir de 2019.

Usou de seguida a palavra **PEDRO SANTOS**, jornalista, também em representação do GEOTA como assessor para a comunicação. Começou por dizer que vinha reforçar os argumentos da Ana Brazão, e para isso vai parafrasear os

argumentos do senhor Presidente da Câmara que disse que “vai ser fantástico o que vai acontecer em Amarante em termos ambientais nos próximos anos”. Eu espero que não seja um desastre. Se a barragem de Fridão for construída e entretanto não houver oposição política e social suficientemente forte neste concelho e no concelho de Mondim, Amarante irá certamente assistir a um desastre. A Câmara de Amarante, já reuniu connosco, a nosso convite, já esteve connosco numa sessão pública, onde o senhor Presidente manifestou, e disse-o publicamente, ser contra a construção da barragem de Fridão, o apelo que aqui vimos fazer era para que a sua opinião e da Vereação, prevaleça e venham tomar medidas contra esta barragem. Lamentamos que esta revisão do PDM não tenha incluído e tenha sido excluída por estar fora do âmbito a participação que o GEOTA fez relativas à questão de Fridão e das questões de segurança. Não percebemos e não encontramos nenhuma justificação para que o assunto que é versado no PDM e sobre o qual nós nos pronunciamos tenha sido considerado fora do âmbito. Aquilo que apelamos aqui às diversas Bancadas é que alterem as posições no sentido de chumbar esta revisão do PDM e de consagrar numa nova proposta que venha a ser discutida, que aliás é aludida nesta proposta que agora estamos a discutir, uma forte oposição ao avanço da barragem de Fridão. Quero dizer também que nos parece pouco transparente que quase um mês depois da aprovação em Reunião de Câmara deste PDM, não haja ainda uma ata disponível, nem nos Serviços onde me dirigi, nem on-line, para que todos os cidadãos que não podendo estar aqui em presença no dia sete pudessem ter conhecimento daquilo que aqui falamos.

É esta a nossa mensagem e queríamos dizer também que se se cometer aqui o erro que as Câmaras a montante, como Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar estão a cometer neste momento, o troço mais importante do rio Tâmega, aquele que podia ser vendido e potenciado para desporto de natureza, desporto de águas bravas e ecoturismo vai ser perdido para sempre. O Tâmega vai ter uma sucessão de lagos de água inquinada. Nos próximos quatro anos essa decisão vai ser tomada. Os representantes do povo que vão ser eleitos, vão ter de lidar com isso e serão penalizados pela sua ação ou inação e o apelo que aqui fazemos é para que ajam em conformidade e defendam os interesses das gerações futuras de Amarante de modo que elas continuem a beneficiar de um rio livre e não de um rio tapado e barrado.

Usou de seguida da palavra o senhor **ILIDIO PINTO**, de Carvalho de Rei, que começou por dizer que faz hoje quatro meses e meio que foi assaltada e roubada a Associação Cultural de Carvalho de Rei de que faz parte. Hoje estou aqui assim vestido, com estes trajes regionais, porque eu faço sempre parte da Feira à Moda Antiga em que eu trazia os meus haveres que hoje ainda não tenho porque não me foram entregues. Ainda estou à espera da resposta da Câmara, na pessoa do Dr. José António Gonçalves que ficou de me dar uma relação dos bens que desapareceram. Até hoje, e já depois dos e-mails que para cá mandei, continuo sem resposta. Espero que ele honre a palavra e me mande a relação o mais rápido possível. Como não trouxe os meus haveres trouxe uma junta de bois arouquesa. Como o senhor Presidente da Câmara, e vou dizer-lhe olhos nos olhos, cobardemente não me deu uma resposta quando o questioneei acerca do que tinha contra a Associação de Carvalho de Rei e o senhor Presidente não me respondeu. Tenho a gravação da última Assembleia Municipal, que solicitei ao senhor Presidente da Assembleia que estive a ouvir atentamente e não ouvi qualquer resposta do senhor Presidente. A única coisa que ele disse é que estivesse descansada porque até a GNR lá estava. Pois estava porque eu a mandei chamar. Chamei-a às treze horas e dezoito minutos e chegaram lá às dezasseis horas. Isto foi um mal cozinhado. Quero manifestar o meu desagrado e o meu desacordo e espero bem que a Câmara honre a palavra, porque a palavra em Carvalho de Rei vale mais que o dinheiro e me mande a relação. Quero entregar para o arquivo da Assembleia Municipal duas fotos do nosso museu e das nossas tecedeiras

que todos os anos se faziam representar na feira. Entrego também uma do Centro de Convívio que está fechado há quarenta meses.

Por fim usou da palavra o senhor **JORGE DANIEL BESSA PINTO**, de Freixo de Baixo que fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Ao tomar conhecimento que na ordem de trabalhos desta Assembleia consta o ponto, debate e aprovação do Plano Diretor Municipal, entendi que era o momento de interpelar o Senhor Presidente da Câmara, responsável máximo pelo destino deste Município e o responsável pelo que de bom ou de mau vier acontecer aos seus municípios.

Na qualidade de representante da munícipe Ilda Bessa Pinto, que na qualidade de reclamante e denunciante do PDM, afeto à sua jurisdição, veio expor e demonstrar com total clareza a V. Exa os prejuízos e danos irreparáveis que o Plano Diretor Municipal, traçado e delineado por V. Exa e pela sua equipa, amputaram à munícipe e aos seus vindouros de poder dar um aproveitamento mais consentâneo e mais profícuo daquela área jurisdicional.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, quero deixar claro que a Lei de Bases que a sua representante por delegação de poderes evoca, é uma manta que não pode cobrir tudo e todos ao mesmo tempo, quando se estica a manta para cobrir a cabeça, os pés passam a ficar de fora, e vice-versa. Quando o sol nasce é para todos, percebe-se que aqui no nosso Município o sol nem sempre chega a todos, alguns coitados ficam sempre na penumbra, melhor é o gatinho escondido com o rabinho de fora.

Senhor Presidente esta lei, a Lei de Bases, é uma lei feita para consolo dos fracos, que tapa a falta de empenho de arreganho de carisma, de persuasão, de vontade férrea de fazer mais, de fazer bem a gosto de todos os municípios.

O senhor Presidente e a sua equipa, no trabalho árduo e exaustivo de ponderar, certamente estavam sentados num plano inclinado ao ponto de a ponderação escorregar e cair toda sempre para o mesmo lado.

Excelentíssimos senhores Deputados e senhores Presidentes da Junta, hoje está nas vossas mãos uma boa ou má ponderação, ponderem bem se devem ou não dar o vosso aval a uma má ponderação que é lesiva a muitos municípios. Os senhores Deputados e senhores Presidentes ao ponderarem devem ter sempre em mente os vossos fregueses, se não ficarão ligados a uma má ponderação para os próximos 15 ou 20 anos.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, solicito-lhe que a esta minha intervenção seja anexada a reclamação e denuncia apresentada pela munícipe Ilda Bessa Pinto, que farei chegar de imediato às mãos de V. Exa, senhor Presidente, para que passe a constar da ata desta mesma Assembleia.

Para terminar, dirijo cinco perguntas ao senhor Presidente da Câmara:

1 – Com o trabalho exaustivo e de ponderação o senhor Presidente e a sua equipa devem ter chegado a um resultado final do prejuízo causado à munícipe aqui em causa.

2 – Na Lei de Bases que o representante de V. Exa. evoca estará na lei a permissão de urbanizar em cima de um aterro feito de entulho, tais como restos de materiais de construção, restos de podas, restos de materiais de jardinagem, aterro este não consolidado.

3 – O senhor Presidente e a sua equipa deram-se ao trabalho exaustivo de ponderar porque motivo este aterro clandestino feito ao longo da EN15 nunca foi caucionado pelos subalternos afetos a estas dinâmicas com deveres profissionais.

4 - O senhor Presidente e a sua equipa fizeram uma ponderação exaustiva, se a área de 50 mil metros quadrados que a munícipe reclama provocaria o colapso da freguesia e no Município a falta de O2.

5 – Deixo a si senhor Presidente e à sua equipa um espaço de tempo de ponderação para ver e analisar o que pode estar por trás de tudo isto”.

Como não havia mais ninguém do público inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor Presidente da Câmara.

JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que as questões que lhe foram colocadas relativamente ao PDM, iriam ser esclarecidas mais à frente pela equipa técnica presente nesta Assembleia.

“Agradeço a preocupação sobre o rio Tâmega, até porque é uma preocupação de todos, mas imputar isto ao PDM, pela construção ou não construção da barragem, a resposta será esclarecedora a seguir.

É importante dizer que no mandato anterior, a Câmara votou por unanimidade a sua discordância sobre esta barragem. Portanto, em termos daquilo que é a orientação do Executivo, é que ela é frontalmente contra. Não houve alteração nenhuma à posição que a Câmara tomou no passado.

Relativamente a uma questão que não tem a ver com o PDM, mas sim com Carvalho de Rei, não vou dar grandes respostas porque não tenho que as dar. As entidades oficiais é que podem dar respostas. Eu não tenho que responder nem dar relação nenhuma, até porque não tenho relação nenhuma. Como aqui já foi dito, não sei quem chamou a GNR, sei que ela acompanhou a retirada de todo o material e a sua inventariação e que o mesmo está à guarda da Junta de Freguesia. O que é pedido é que essa pessoa apresente a dita relação de bens que supostamente diz ter, para sabermos o que saiu. Essa relação servirá para saber se houve o desvio de algum material antes da retirada do mesmo, porque certamente durante essa retirada nada desapareceu. Mas as entidades competentes estão atentas a isso”.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 - Apreciação do relatório da atividade da Câmara e da situação financeira do Município

Relativamente a este ponto nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra.

PONTO Nº 2 - Análise, discussão e votação da Proposta de Dissolução da ADEFORMA – Associação de Municípios para o Desenvolvimento e Formação

Relativamente a este ponto nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. Passou-se de imediato à votação da proposta que foi aprovada por UNANIMIDADE. Foi também votada em minuta por UNANIMIDADE, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 - Análise, discussão e votação da Proposta de Alteração ao Código Regulamentar do Município de Amarante – Medida do Subsídio ao Arrendamento

Relativamente a este ponto nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. Passou-se de imediato à votação da proposta que foi aprovada por UNANIMIDADE. Foi também votada em minuta por UNANIMIDADE, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 4 - Análise, discussão e votação da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal – Aprovação da versão final da proposta do Plano

Nesta altura deu entrada na sala a equipa técnica que trabalhou em colaboração com a Câmara nesta fase final da revisão do PDM. Que foram apresentados

individualmente pela senhora Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão do Território, Arquitecta Cláudia Montenegro. Eram eles: Engenheiro José António Lameiras, a Planeadora Regional e Urbana Dra. Helda Mendes, a Professora Fernanda Paula Oliveira que constituíram a equipa externa. Da equipa interna fizeram parte o Arquitecto João Mesquita, a Arquitecta Catarina Lima, o Arquitecto José Rui, e o Arquitecto Rui Pinheiro.

A Arquitecta Cláudia Montenegro começou por dizer que a apresentação do PDM se dividia em três momentos. O primeiro momento define o que é um PDM. O segundo momento caracteriza a necessidade de revisão e o procedimento de elaboração. O terceiro momento é o momento da proposta em si.

O PDM é um documento que estabelece a estratégia territorial municipal. A política municipal de solos e ordenamento do território e do urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos. Continuou a sua intervenção exemplificando todo o processo com uma apresentação multimédia, por forma a esclarecer os presentes. Explanado todo o processo, foi de seguida dada a palavra à **DRA. HELDA GOMES**, que disse que ia usar da palavra para fazer um pequeno esclarecimento relativamente à questão levantada acerca da barragem de Fridão, para dizer que o PDM não contempla a barragem de Fridão em qualquer uma das suas plantas. O plano nacional de barragens é que prevê essa barragem. O PDM o que de facto faz é classificar aquele espaço como espaço natural, que é a categoria mais restritiva a nível ambiental. O entendimento que podia ter havido na comissão de acompanhamento é que uma vez que o PDM qualifica e classifica a área como espaço natural ele não era compatível com o espaço nacional e por isso tinha de ir a retificação. Não foi isso que foi entendido. Se a barragem vier a ser construída, vai ter de se compatibilizar com as regras que estão definidas no PDM para o espaço natural e que são as mais restritivas.

Usou de seguida a palavra o senhor Deputado **RUI BORGES**, do **Movimento Amarante Somos Todos**, que fez, relativamente a este ponto a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Ao longo destes últimos 4 anos, o MAST procurou traduzir todas as suas políticas e pontos de vista sempre consubstanciados em planos estratégicos capazes de refletir as estratégias e visões do poder político.

Sabíamos da importância para o Município deste poder dispor de um Plano Director Municipal amigo do desenvolvimento e capaz de ajudar os investidores e criar condições para a fixação de pessoas, criação de riqueza e valorização das potencialidades ambientais.

No nosso Contrato Eleitoral apresentado a sufrágio em 2013, temos uma área “Amarante com planeamento”, e escrevíamos na altura que era “injustificável que o PDM de Amarante tenha terminado o seu prazo de vigência em 2007 e que, seis anos depois, a sua revisão não tenha sido ainda completada. Sem planeamento não há desenvolvimento”.

Também sabemos que não é fácil como um passe de mágica encontrar as melhores soluções. Para isso, é necessário pensar e planear os territórios. Razão pela qual defendemos que sem um PDM revisto e amigo do investimento dificilmente encontraremos um caminho de sucesso para as empresas e pessoas que fazem o nosso Concelho.

O Plano Director Municipal parte, num primeiro momento, das orientações estratégicas definidas pelo poder político que estabelece as linhas e sentidos de desenvolvimento desejado, às quais aplica, periodicamente, as necessárias atualizações e adequações, no estrito respeito pelos princípios orientadores do urbanismo e do ordenamento do território, adaptando-os às especificidades e idiossincrasias dos territórios e às suas opções em cada momento no que respeita às atividades económicas, ambientais, sistemas e redes viárias e infraestruturas.

Nesta linha, dizemos, de forma muito clara, que sem a definição das orientações estratégicas de matriz política de muito pouco servirão as adequações técnicas aos normativos legais, considerando o objeto destes instrumentos de “*regulamentador do planeamento e ordenamento do território*”.

Durante estes quatro anos tivemos oportunidade de seguir em frente, como fizemos, ou de parar e recomeçar para fazer bem, considerando a revisão do PDM um objetivo estratégico prioritário.

Ficou claro a partir de certo momento que a equipa técnica não reunia nem as condições técnicas nem contratuais mínimas para levar esta tarefa a bom porto, como se veio a verificar, e a pressa de concluir o processo passou a ser a matriz, como se viu, por exemplo, com a abertura por duas vezes do período de discussão pública.

Estamos aqui hoje a aprovar/discutir um documento, mas que todos concordam (políticos, técnicos e munícipes) que não é o indicado para o Concelho e que deve imediatamente ser iniciado um novo processo de revisão.

O facilitismo sobrepõe-se à exigência e ao rigor, o reagir aos acontecimentos sobrepõe-se ao planeamento, na busca de uma solução menos má.

Mas será que é isto que os nossos concidadãos nos exigem? Mesmo acreditando que alguns estarão satisfeitos porque lhes resolve o seu interesse pessoal, o interesse coletivo fica gravemente prejudicado.

Assim concluímos, que:

- Sendo este um processo de revisão do PDM iniciado em 2007 não contempla as orientações estratégicas políticas ajustadas aos desafios que se apresentam aos territórios para a próxima década;
- Este PDM trará custos e atrasos na competitividade territorial do concelho em termos regionais e nacionais;
- Para além das questões de natureza jurídica que tivemos a oportunidade de levantar no Executivo.

Nós faríamos diferente.

Pelo exposto, votaremos contra esta proposta de Plano Diretor Municipal”.

HUGO PEIXOTO – PS

No uso da palavra, relativamente a este ponto, o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “O Plano Diretor Municipal de Amarante que hoje se apresenta a esta Assembleia é o resultado de um longo trabalho que teve o seu início em 2006. Entre inúmeras alterações legislativas, intervenções de vários sectores da administração central, e entre outras vicissitudes que um processo desta natureza inevitavelmente obriga, chegamos ao dia de hoje com a definição deste plano. Infelizmente e por força da natureza legislativa existente estes são processos muito morosos, e que inevitavelmente levam muitos anos, desde o seu início até serem postos em prática. Contudo estes últimos anos para além desta morosidade normal deparamo-nos ainda com casos no mínimo caricatos e inéditos

Falamos obviamente do episódio lamentável de setembro de 2015 em que o Executivo Municipal se viu obrigado a anular a discussão em curso, uma vez que precipitadamente pôs um plano à discussão sem reunir todas as condições legais e necessárias para o efeito.

Desde a apresentação do primeiro estudo que permutou para discussão pública, o Partido Socialista tomou uma atitude ativa e participativa uma vez que este é um plano com demasiada importância para ser deixado de lado. Tanto mais, tendo em conta as características vertidas no mesmo, uma vez que o plano era bastante diminuto e não servia os interesses dos Amarantinos. Era um plano muito limitativo e que em termos construtivos dava apenas supremacia aos núcleos centrais mais desenvolvidos, estando os Amarantinos das restantes freguesias extremamente limitados pois iriam precisar de parcelas territoriais bastante extensas para executar algumas obras de

edificação habitacional, por exemplo. Tal revela desde logo um desconhecimento cabal da dimensão média das parcelas existentes no nosso concelho.

Acresce que, sendo o PDM um instrumento fundamental na gestão municipal do território, que define a estratégia de desenvolvimento e o modelo territorial, bem como as opções quanto à localização de equipamentos e infra estruturas, entre outros modelos de desenvolvimento dos tecidos urbanos, o mesmo não deveria descartar um amplo debate em torno do mesmo. Nele se envolvendo todos os principais agentes do Concelho, sejam eles públicos ou privados. Assim, não podemos deixar de lamentar, a posição assumida pelo executivo, de encerrar em si mesmo a elaboração deste documento, sem envolver e chamar a participar ativamente em todo este processo as Juntas de Freguesia, principais parceiros do Município no desenvolvimento e promoção do território. De igual modo, a participação dos partidos políticos com assento nos diversos órgãos, foi demasiado redutora, limitando-se a ter que analisar no período de discussão pública. Bem sabemos que ao longo deste período os técnicos que irão trabalhar com este plano foram chamados a algumas reuniões, contudo o âmbito das mesmas nunca foi o de dar contributos ativos para a execução do plano. As mesmas vertiam apenas o estado processual da execução do plano, sendo que todas as incertezas, dúvidas e pedidos eram respondidos com a impossibilidade de incutir alterações ora por razões internas, ora por razões de entidades externas.

Contudo e apesar desta falta de sentido municipal, de envolver todos os agentes na execução de um plano mais abrangente, o PS não se resignou e em sede de discussão pública teve um papel preponderante na alteração de vários aspetos que melhorariam o plano e em última instância melhorariam o mesmo para que todos os Amarantinos, independentemente da sua implantação geográfica, pudessem ter um documento que lhes fosse útil. Tanto mais é que a aprovação do plano barraria em sede de reunião de Câmara e de Assembleia Municipal, se tais exigências não fossem cumpridas.

Entre inúmeras chamadas de atenção, pedidos de alteração e de esclarecimentos poderemos de uma forma sintética elencar alguns desses aspetos. Entre eles destacaremos as dimensões mínimas das parcelas para diversas categorias de solos rústicos, de 10.000m². Tal contribuiria para aumentar a dificuldade de fixação da população na sua terra de origem. Diga-se, a este propósito, que nenhum dos concelhos vizinhos possui regra semelhante. Se já no passado, a exigência de parcelas com 3000m² e 5000m², respetivamente, eram consideradas, tendo em atenção o nosso território, demasiado penalizadoras, tal tendência seria agora bastante mais agravada.

No que respeita ao solo urbano, muitas questões se poderiam levantar, das mais relevantes prendem-se com algumas transições de índices que em plena zona central da cidade transitavam do máximo 1.8 para o mínimo 0.3. Tal revelava, ou um desconhecimento grave do território, ou um desconhecimento ainda mais grave do que é o planeamento urbano. Numa mesma artéria poderíamos construir prédios até determinado ponto e passando esse mesmo ponto de charneira apenas teremos construções com um máximo de 2 pisos. Na prática, em dois lotes com 500m² que partilham esta separação poderíamos passar de áreas de construção de 900m² para 150m². Tudo isto numa mesma artéria sem qualquer alteração morfológica ou urbana. Contudo o que nos pareceu mais caótico foram os índices de edificabilidade relativos aos espaços residenciais. Estes são os espaços que pautam a grande maioria dos solos urbanos do nosso concelho. Nesta sede o plano inicial apresentado elencava por exemplo um índice de ocupação de solo de apenas 30% (espaços residenciais de nível III), o que na prática se resumia em que num terreno com os mesmos 500,00m² (um lote típico) apenas poderíamos executar uma ocupação de solo de 150,00m², tanto mais agregava ainda um conceito de densidade habitacional que no nosso contexto municipal nos pareceu completamente desgarrado da realidade.

Felizmente que grande parte das nossas chamadas de atenção foram tidas em consideração e apesar de este não ser o nosso plano de gestão territorial, muitas das nossas exigências foram de facto incluídas, para bem de todos os Amarantinos. Este plano apresenta ainda várias lacunas e uma falta de vontade interventiva por parte do executivo municipal, nomeadamente no redesenho de inúmeras linhas de separação para com as reservas. Ao contrário de vários municípios vizinhos que neste domínio tiveram um papel ativo e preponderante, conseguindo em muitos casos ajustes nas linhas de separação. Este executivo desde logo se resignou à vontade destes organismos, tendo sido perentórios que não iriam negociar com ninguém.

Mais ainda temos a referir que não se conseguem retirar ilações acerca da estratégia cabal para o território. Fica bastante dúbio o plano de desenvolvimento e de crescimento que este executivo pretende para todos os tecidos habitacionais e industriais. Por onde e para onde estas densidades se irão expandir?

Contudo e como para além da vontade política achamos que deveremos ter um papel cívico e de responsabilidade para com os Amarantinos a nossa orientação de voto será para a abstenção uma vez que não concordamos com a base de planeamento e desenvolvimento que foi tida em consideração para este plano”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra o senhor Deputado começou por agradecer a exposição enriquecedora que nos foi dada acerca do PDM, nas pessoas da Arquiteta Cláudia Montenegro e da equipa do Engenheiro Lameiras. Para nos dar a garantia de que este plano está feito com todo o rigor basta ter sido trabalhado pela equipa do Engenheiro Lameiras e ter o parecer jurídico da ilustre Professora de Direito da Universidade de Coimbra, Dra. Fernanda Paula, que são porventura, no respetivo âmbito, as maiores autoridades nacionais nesta matéria. E claro salientar a excelente participação de toda a equipa da Câmara. Foi um trabalho árduo e basta ver que os trabalhos preparatórios começaram em 2004. O aviso saiu em 2006 com o prazo de elaboração de um ano. Mas com toda esta concertação, com as inúmeras reuniões, com as inúmeras participações, porque se há plano que é participado é este. Houve sessões de esclarecimento nas Juntas de Freguesia. Isto é um trabalho árduo, porque estamos a falar da magna carta territorial. Por isso é que quero felicitar toda a gente que esteve envolvida desde o início. Uma grande parte do trabalho é do Executivo anterior. Desde 2004 a 2013, todo o trabalho é do Executivo anterior. O atual Executivo tomou posse em vinte de outubro de 2013 e em 22 de outubro já estava a fazer a primeira reunião na CCRN. É um trabalho muito complexo e se fosse simples tinha sido feito num ano. Este Executivo mais uma vez conseguiu acabar o trabalho que já vinha de trás. Neste tempo foi ainda aprovado o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios que era outro documento estrutural, que aliás já devia ter sido aprovado em 2009. Temos então um PDM da nova geração, ajustado ao novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial aprovado pelo Dec. Lei 80/2015, que entretanto também sofreu uma modificação legal e por isso este Executivo tentou aproveitar o trabalho que estava feito e com o aconselhamento da CCRN pô-lo em discussão pública. Penso que fomos dos primeiros a ajustá-lo ao novo regime jurídico, com vontade política de o fazer. Tudo isto só foi possível com o excelente trabalho da equipa técnica interna, para além de todo o trabalho da equipa externa, mas também é justo que o diga aqui, que o Professor Jorge Mendes teve um papel fundamental em todo este processo e que infelizmente não pode estar hoje aqui presente. Agora, é evidente que um documento com esta complexidade não vai agradar a todos. Deram entrada cerca de seiscentas intervenções, sendo que algumas foram aceites e outras não. Relativamente ao PDM anterior já não há o período de carência de três anos depois da aprovação para poder ser revisto. Penso que este PDM depois de aprovado,

poderá ser revisto tendo em conta alguns casos que necessitem de sofrer alguma alteração.

Embora o PS não vá votar a favor, temos de ter em conta que há aqui muito trabalho do PS e por isso saliento o sentido de responsabilidade dos senhores Vereadores do PS que se abstiveram na reunião de seis de julho de 2017, plasmado na sua declaração de voto e de que eu tenho muito gosto em destacar alguns pontos, porque eu também sei reconhecer o que é positivo e o que é o interesse coletivo de Amarante. E os senhores Vereadores disseram que: “Estão convictos que esta proposta relativa ao PDM está expurgada de vícios de procedimentos. Se assim não fosse não deixaríamos de os invocar como é obvio, sendo de louvar neste particular o mérito da equipa técnica do Município”. Disseram ainda que: “Temos consciência de termos chegado a uma proposta de PDM, que embora não agradando a todos é a possível”. Dizem ainda que: “A eventual não aprovação com o nosso contributo faria incorrer o Município em prejuízo sério com a repercussão direta na esfera jurídica e patrimonial dos Amarantinos dando aqui como exemplo a ausência do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios facto que constitui um ónus excessivo para os particulares e a questão relacionada com a eliminação do conceito de solo urbanizável resultante da Lei nº 31/2014 - as Bases Gerais da política de ordenamento do território - sempre paralisaria a gestão urbanística por incompatibilidade como PDM de 1997. Ponderando tudo aquilo que resultou do processo da discussão pública e tendo em conta o superior interesse de Amarante e dos Amarantinos, apesar das deficiências apontadas optamos pela abstenção”. Apesar de não perceber a abstenção, apesar do que disse o senhor Deputado, o PS teve toda a influência nesta versão final e como tal deviam ter votado favoravelmente esta versão do PDM, mas é obviamente uma posição legítima, também os senhores Vereadores, como nós dizem que têm em conta os interesses de Amarante e dos Amarantinos. É também uma irresponsabilidade, na minha opinião, e sem por em causa a legitimidade de posições e mais uma vez digo que um Movimento político que nem sequer se vai apresentar a eleições vote contra um instrumento político deste interesse quando não vai responsabilizar-se perante os Amarantinos com este voto contra, e já tinha dito isto salvo erro aquando da discussão dos documentos previsionais. É contudo uma posição legítima. Quanto à minha Bancada sugiro que votem obviamente a favor deste documento importantíssimo para Amarante e que constitui um feito para todos nós, aprovar hoje, a magna carta de ordenamento do território do nosso Município.

ESTEFÂNIO PINTO – PSD

No uso da palavra disse que para quem não leu o artigo do senhor Arquitecto Hugo Peixoto no jornal, teve hoje aqui a oportunidade de o ouvir. Percebemos então que a declaração de voto do PS é rigorosamente igual à do artigo de opinião. Para um assunto desta importância, parece-me redutor. O senhor Deputado Hugo Peixoto enquanto técnico teve oportunidade de participar em todas as reuniões de trabalho que houve, e em que esteve presente o senhor Vice-Presidente e os técnicos da Câmara. Nessas reuniões era feito o ponto de situação do estado da revisão do PDM e após esse ponto de situação era sempre colocado à disposição dos técnicos a oportunidade de colocarem questões, apresentarem contributos. Agora vir aqui dizer que essas reuniões foram inócuas e não houve a oportunidade de participar, deixe-me dizer-lhe que me parece pouco sério. Quero também dizer-lhe que falar de uma questão concreta de que uma rua tem um índice de 1.8 que depois passa a 0.3 e que depois pode fazer um prédio de cinco ou seis andares e a casa ao lado só pode ser de rés-do-chão, o senhor concerteza conhece outras regras urbanísticas que têm de ser tidas em conta, como as questões de salubridade, do ângulo e da exposição solar. No entanto, como os Vereadores do PS disseram na sua declaração voto, e onde pode ler-se que: “Reconhecemos que na discussão pública e sobretudo o contributo dos particulares

donde destacamos o do PS, melhoraram o documento. Assim é que foram supridas lacunas e operados reajustes condizentes com a realidade e a morfologia características do nosso território". Vir depois aqui dizer que não houve participação e que não houve oportunidade de participar é contrariar a declaração de voto dos senhores Vereadores, que acredito corresponder à verdade. Um outro fator a ter em conta é que devemos ter em atenção a nova lei dos solos, a lei que irá regular a execução dos próximos Planos Diretores Municipais, e se conhece a lei, saberá os constrangimentos que essa lei irá impor. Dizer aqui que fomos à procura da solução menos má não é correto, e mais uma vez a declaração do PS vem atestar que não foi disso que se tratou, dados os constrangimentos existentes. Conforme aqui foi explicado pelos técnicos, após as cartas de condicionantes, o que sobra para o município poder definir é muito pouco. Como alguém disse num artigo de opinião, a liberdade do município é uma espécie de liberdade de rédea curta.

ARMANDO BATISTA CARVALHO – AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra disse que ia discordar do PDM pela razão de que o atual documento limita muito a construção nas freguesias onde o espaço é muito. Há lugares que cresceram muito e estão agora em reserva ecológica. Quero referir o lugar do Espinheiro que é um dos lugares mais bonitos da freguesia de Candemil, lugar onde se abriu o nó de ligação ao IP4 e que por via do anterior PDM foi contemplado com muitas zonas de construção e que agora lhe foram retiradas, tendo sido passadas a reserva ecológica.

Na reunião havida na sede da Junta chamei a atenção do senhor Vice-Presidente da Câmara para o problema que ali se ia criar. Foram feitas pelo anterior Executivo várias obras com o fim de se construir e hoje tudo isso fica comprometido. Aliás, recebi hoje três ofícios com a resposta a pedidos que eu próprio fiz para que terrenos meus se mantivessem como áreas de construção. Tais pedidos foram indeferidos, mas não me foram apresentadas justificações válidas para isso. São terrenos circundados com caminhos, com abastecimento de luz e de água e com mais construções à volta. Só posso nesta altura mostrar o meu descontentamento, porque trata-se de um lugar que nasceu, cresceu, mas que vai morrer pelo facto de não se poder construir. De parcelas de três mil metros necessárias para se poder construir, passa-se agora para uma exigência de dez mil metros. Mas quem é que por ali tem parcelas desse tamanho? Em resumo: entendo que o meu pedido foi legítimo, porque entendo que aquela zona merecia ser contemplada e não o foi.

RUI BORGES – AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra disse que como o Movimento foi mencionado pelo senhor Deputado António Araújo, "Quero dizer-lhe que o Movimento faz política melhor ou pior que os Partidos Políticos, mas cá estaremos para prestar contas e com toda certeza que o senhor Deputado terá oportunidade de receber um livro com as intervenções do Movimento ao longo destes quatro anos que será a nossa prestação de contas em relação às pessoas e aos munícipes que votaram no Movimento. Estamos cá, e estaremos cá, por muitos anos".

LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que trabalhou com o Engenheiro Lameiras em PDM mais de vinte anos. Aqui tenho a vantagem de poder afirmar que efetivamente temos um bom PDM. Não tenho o propósito de estar aqui a avaliar a equipa que ajudou a elaborá-lo porque naturalmente que eles não precisam de ser avaliados. Amarante teve muita sorte em ter encontrado uma equipa que foi capaz de elaborar, dentro das circunstâncias possíveis, o melhor PDM para Amarante. O concelho de Amarante, dada a sua orografia não é fácil. Se olharmos para a margem

esquerda vemos uma mancha de reserva ecológica. A margem direita e toda a zona do rio Odres, nomeadamente a freguesia onde reside o senhor Presidente da Assembleia era o que realçava na planta. Eu direi para terminar e por isso quero deixar uma nota de apreço para um homem que de facto se esforçou, e que eu acompanhei, o Professor Doutor Jorge Mendes, por toda esta saga que foi o PDM, que obviamente tem por trás muito trabalho do Executivo anterior, mas que devido ao empenho dele é hoje possível termos este documento. Pelas palavras do senhor Presidente da Câmara, aliás já repetidas algumas vezes, sabemos que ele está contra a construção da barragem. Eu estou na luta contra a barragem de Fridão desde o início, continuo contra a barragem de Fridão, mas apesar disso e pelo conhecimento pessoal que tenho da necessidade de ter um instrumento destes aprovado estou naturalmente com a minha Bancada e irei votar a favor da aprovação deste PDM.

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP

O senhor Deputado começou por dizer que ia usar da palavra para de forma breve também deixar o seu testemunho e a sua posição política. Naturalmente que os políticos têm a tendência para tomarem posições políticas e para isso não precisamos de ser técnicos. O que precisamos de facto, é basear a nossa posição em pareceres técnicos. Contudo, admito que há políticos que têm uma tendência para passarem a confundir, a partir do momento da eleição, as suas valências com muitas valências técnicas. Este poder que se ganha com a eleição muitas vezes parece vir associado com algumas competências técnicas, embora isso não seja o que se passa nesta sala.

Eu próprio, como não tenho conhecimentos na área dos vários assuntos que estão em discussão, e mesmo depois de ter também lido os documentos, fiquei com algumas dúvidas. Depois de ouvir outras opiniões também quero ficar esclarecido, para com o meu voto poder validar tão importante documento. Confesso que fiquei baralhado e o critério foi não ler uma segunda vez os documentos políticos. Os que me orientam são de facto os documentos técnicos. Mesmo assim não vou deixar de fazer três ou quatro perguntas aos técnicos presentes. Preciso de alguns esclarecimentos para poder avaliar melhor a minha decisão política. A primeira pergunta é a de saber se o documento cumpre preceitos legais para ser votado, porque há dúvidas nalguns documentos e eu tenho essa dúvida?

Pergunto também se houve orientação do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores que de alguma forma possam ter condicionado em algum momento o sentido do documento que aqui nos é apresentado, ou também por alguém ligado aos demais Partidos Políticos, porque é importante saber se a equipa técnica trabalhou com total isenção, tendo apenas presente o território e os vários normativos legais, sabendo-se que muitos deles são de âmbito nacional e podem ter condicionado o trabalho? Eu sei que de alguma forma que este documento é um documento que tem de ser o documento de orientação, de planeamento e de regras. Em meu entender salvaguarda as vantagens coletivas que devemos ter sempre presentes e não discrimina os interesses dos particulares ainda que eu respeite e considere vontades e interesses pessoais, este documento provavelmente não agradará a todos, mas também não pode ser um documento alterado circunstancialmente a pedido de mais ou de menos.

Seguidamente foi dada a palavra à **PROFESSORA DOUTORA FERNANDA PAULA**, Planeadora Regional e Urbana, para que ela esclarecesse as questões que lhe foram colocadas quanto à legalidade do documento. Relativamente à legalidade disse que foi dito que este Plano está a ser elaborado há muitos anos e que nestes anos foi alvo de várias alterações legislativas e por isso houve a necessidade de o ir adaptando às várias alterações legislativas. Foi também dito que o Executivo decidiu abrir uma discussão pública um pouco precipitadamente e que teve a ver com essa evolução, aliás informalmente aconselhado pela CCDRN, a abrir essa discussão

porque apesar de tudo e não obstante deste Plano ser já um plano aprovado à luz do novo regime, ele conseguiu ainda assim não ter de cumprir tudo a que o novo regime obriga, porque como era um processo longo que vinha de trás teve o parecer favorável da Comissão de Acompanhamento sem a necessidade de ter de se adaptar rigorosamente a tudo. Se tivesse de se adaptar mais ao novo regime legal e no que diz respeito ao que foi dito relativamente à redução das áreas para construção, que não é uma opção Municipal, mas que decorre da lei. O legislador deteta que no território nacional há uma dispersão da edificação e obriga os Municípios a reduzir os seus perímetros. Na fase final foi-me perguntado se estava em condições de abrir a discussão pública e na altura troquei argumentos com o Dr. Pedro Barros porque o que estava em causa era saber se a Câmara Municipal tinha aprovado o projeto final para a discussão pública? Eu parto do princípio que os senhores Vereadores da Câmara Municipal quando partem para a discussão pública sabem que estão a colocar em discussão o projeto final nessa fase. Aliás o projeto tem várias fases. O projeto que vai a concertação com as entidades, é o projeto que vai para discussão pública e é o projeto em versão final que é aprovado pela Câmara Municipal, já depois da discussão pública. Há depois uma proposta que submete esta versão à Assembleia Municipal. Importa saber se durante a discussão pública foram introduzidas alterações substanciais que obrigassem a discutir de novo a discussão pública. Houve de facto algumas alterações que não significaram alterações significativas nem interferiam com o modelo global. Aliás tive sempre o cuidado de referir isso. Do que vi e pela experiência do trabalho que exerço nesta área há quase trinta anos, conclui que este plano não tem alterações substanciais que obriguem a repetir uma nova discussão pública. Os Municípios têm que perceber que o território é do Município, mas é uma parte do território nacional, e segundo a lei, um instrumento de ordem nacional prevalece sobre um instrumento de ordem Municipal. Portanto, se acabar por ser decidida a construção da barragem, temos de perceber que a decisão não é do Município nem vai depender do Município. O PDM teria de acolher essa decisão porque há uma hierarquia de planos.

Para terminar quero dizer que não senti pressão de ninguém no tempo que colaborei no plano.

Usou de seguida a palavra um outro elemento da equipa técnica que colaborou neste plano, o **ENGENHEIRO JOSÉ ANTÓNIO LAMEIRAS**, que começou por agradecer as palavras que lhe foram dirigidas pelo senhor Deputado Luís Van Zeller. Disse ainda que a Câmara tem uma equipa interna fantástica. O primeiro trabalho da equipa externa foi trabalhar com a equipa da Câmara e ajustar o plano àquilo que é o processo da gestão urbanística que é fundamental. Um plano quando é feito num gabinete exterior, quando passa à implementação tem dificuldades. Nós sabemos isso pela experiência de trinta anos que temos desde os Planos Diretores Municipais que nasceram em 1982. Em 1990 passaram a ser obrigatórios e a partir daí não paramos de trabalhar em conjunto. Os tempos eram outros e os planos eram mais fáceis nalgumas das questões. A metodologia seguida foi a de trabalhar com a Câmara tendo em conta os problemas de gestão urbanística existentes para que o plano tivesse uma implementação fácil e respondesse aos problemas que se colocam no dia a dia. Outra questão fundamental foi ter objetivos e estratégia porque se assim não for não estamos a falar de um plano. Depois tivemos também de nos enquadrar nos planos de ordem superior e este plano cumpriu-os. Relativamente à barragem está tudo dito. O plano tem aquela área classificada como espaço natural. A barragem não é proposta da Câmara Municipal. É plano setorial. A nova legislação obriga-nos a acabar com as áreas de expansão. Os perímetros urbanos tiveram de ser redefinidos em função disso. Isso não significa que não possa haver novas áreas urbanizáveis fora dos perímetros urbanos atuais. Agora, para haver é preciso cumprir determinadas regras. Se houver necessidade disso, pode-se, cumprindo determinadas regras, converter solo rústico em

urbano. A qualquer momento este plano pode ser alterado ou revisto, uma vez que não é estático, e haja razões para tal. É natural que daqui a um ano ou dois, depois deste plano começar a ser implementado, haja necessidade de fazer ajustes. É um processo relativamente simples.

Em relação ao regulamento, efetivamente a área de 10.000 metros quadrados, em solo rústico não estava adequado à dimensão média do prédio e por isso essa questão foi alterada, passando a ser utilizado um índice de utilização, mas nem sempre o índice de utilização é o melhor critério para regular a edificabilidade e no solo urbano não o é de todo. Os critérios quantitativos e morfológicos devem ser prioritários em relação a um índice de utilização. O índice de ocupação de solo só deve ser utilizado quando não haja critérios morfológicos a cumprir, isto é, deve ser utilizado em áreas não consolidadas. O único índice que devemos ter em atenção é o de impermeabilização, por questões do controle de cotas de cheia e por outro lado para a alimentação dos lençóis freáticos.

Uma das preocupações que este plano teve foi a flexibilização, adaptando-o a situações diversas que permitam uma gestão estratégica e não aquele rigoroso cumprimento de uma normativa que não deixa espaço. Introduziram-se também neste plano alguns conceitos que a nova legislação recomenda e que não estavam em planos anteriores. Houve uma alteração substantiva relativamente às áreas de cedência. Criaram-se incentivos à reabilitação urbana e à eficiência energética entre outros. Há uma série de questões novas neste PDM que têm a ver com a nova legislação e que consideramos bastante interessantes.

Entretanto senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** questionou-o acerca do PROT Norte perguntando-lhe se ainda não tinha sido aprovado, embora se saiba que houve uma discussão prévia em 2007. O senhor Engenheiro respondeu-lhe que não foi até hoje a discussão pública, não foi aprovado nem será. Quanto à questão de terem sido condicionados pelo poder político, disse que em momento algum o foram.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: "Agradeço as explicações da Professora Doutora Fernanda Paula e do Engenheiro Lameiras, e por isso ainda me sinto mais confortado no meu sentido de voto depois de ouvir em detalhe esta sapiência quanto a Planos Diretores Municipais. Queria também, numa observação muito curta, dizer que, e relativamente à intervenção do senhor Deputado Rui Borges não quero ficar com a última palavra. Eu não me refiro à prestação de contas no livro. Isso do livro, sabemos que hoje qualquer um escreve um livro. Eu refiro-me às consequências e à responsabilização política. Eu vou concorrer por uma coligação de Partidos e vou responder perante o povo de Amarante pelas minhas votações aqui na Assembleia, sejam boas ou más, positivas ou negativas. O que eu quis dizer, e isso já é um facto objetivo, é que o Movimento já anunciou que não vai ter essa responsabilização política.

Quanto ao senhor Carvalho quero dizer-lhe que tive todo o gosto em ouvi-lo, mas quero lembrá-lo que temos de cumprir os tempos de uso da palavra com rigor.

HUGO PEIXOTO - PS

Usou de novo da palavra para dizer que a questão dos índices é uma questão meramente política. É uma questão séria e foi nessa questão que o PS entendeu que devia ter um papel ativo e teve-o. Numa dessas reuniões apresentámos um índice de comparação entre Amarante e os Municípios vizinhos e deparamos que era menos de um terço inferior ao menor dos outros Municípios vizinhos. Alguma coisa não estava certamente correta e daí a minha intervenção ter sido nesse sentido.

Quanto à minha intervenção ser coincidente com a crónica que escrevi, deve entender-se afinal que as minhas crónicas são escritas com seriedade e provam que a

minha opinião ontem é igual à de hoje. Fico contente que tenha lido a minha intervenção.

Gostaria ainda de destacar que como técnico estive presente em todas as reuniões. Temos é que ser sérios porque uma coisa é eu ser um técnico, outra é eu exercer um cargo político. Devemos separar as duas opiniões. Como técnico tenho uma opinião. Como político terei de ter uma visão de estratégia para o Município, que terá de ser naturalmente diferente.

Nas Juntas de Freguesia assistimos a apresentações de técnicos para técnicos, e o comum dos participantes se entrou a saber zero, saiu a saber muito menos que zero. Provavelmente não chegaram a entender quais as alterações que este plano tem relativamente ao antigo. Não foi explicado o que é que alterou nos solos urbanos. O que é que alterou nos solos rústicos. A questão das parcelas mínimas, os tais 10.000 metros que felizmente foi retirado para bem de muitos Amarantinos. Devemos ser claros e sérios quando vimos usar o microfone.

Por fim, também é importante dizer que não faz sentido termos cortes tão drásticos de um máximo existente num regulamento para um mínimo numa mesma artéria e aí se calhar estaríamos os dois de acordo.

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra, disse que as questões colocadas foram respondidas e dão satisfação às dúvidas. "Quero também dizer que em alguns momentos somos tentados a criticar as opções políticas e o Executivo porque se intromete nas questões técnicas. Quando deixamos que os técnicos, a propósito de um documento tão importante para o Município, e não têm de olhar para o lado esquerdo ou para o lado direito da margem, olhar para a freguesia de Aboim ou de Candemil de forma diferenciadora, sem discriminar, deixando que elaborem os seus documentos com base em dados demográficos sem sofrerem qualquer condicionamento, o trabalho só pode ser louvável. Este é um dos documentos que eu acho que o Município fez bem em deixar que os técnicos livremente trabalhassem com base em dados conhecidos, e parece-me que já aqui foi dito pela senhora Arquiteta Cláudia Montenegro, que o que foi possível considerar foi considerado, no âmbito da discussão pública e naturalmente nem todos viram satisfeitas as suas reclamações.

Os documentos que me serviram para elaborar a minha posição, foram os que me foram enviados pelo Município, incluindo a declaração de voto do PS e do Dr. Pedro Barros e também a informação técnica da senhora Arquiteta Cláudia Montenegro. Tendo em conta os documentos e as declarações de voto, as minhas dúvidas estão sanadas e por isso agora estou em melhores condições de poder votar.

ANTONIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra disse que a sua intervenção tem apenas a ver com duas questões essenciais. Uma prende-se com as reuniões que foram efetuadas e que concorda que foram muito técnicas, mas devemos realçar a virtude que tiveram. E a virtude foi avaliar se o trabalho foi bem feito e se os Presidentes de Junta divulgaram as reuniões permitindo que as pessoas apresentassem as suas questões a quem esteve presente, mesmo que antes estivessem estado perante uma explicação demasiado técnica. Destas reuniões foi possível tirar algumas vantagens.

A outra questão prende-se com as explicações que nos foram dadas, porque, depois de todos os esclarecimentos, eu próprio sinto-me muito mais confortável para exercer o meu direito de voto.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor Presidente da Câmara.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que “num momento tão importante para a vida de Amarante, a vida presente e futura, quero agradecer a todos aqueles que estiveram envolvidos começando pela equipa técnica que desde 2004 até agora trabalharam neste processo, aos técnicos da Câmara que já aqui hoje foram elogiados e a quem eu também quero agradecer a dedicação que tiveram durante o tempo em que presido a esta Câmara, e que foi um período complicado porque para além da revisão do plano tiveram também de continuar com os trabalhos inerentes ao desempenho das suas regulares funções, que cumpriram integralmente apesar de algumas críticas que lhes são feitas. Eu estou satisfeito! No período em que o senhor Arquiteto João Mesquita e agora a Arquiteta Cláudia Montenegro coordenaram as equipas, fizeram-no sempre com rigor e qualidade, um bem haja pelo vosso profissionalismo.

Um agradecimento também à equipa de consultores que conosco trabalhou, nas pessoas da senhora Professora Fernanda Paula Oliveira que com a sua colaboração garantiu a legalidade de todos os procedimentos. Um agradecimento muito especial ao senhor Engenheiro Lameiras e à Doutora Helda pelo facto de terem trazido qualidade a um documento desta natureza.

Permitam-me uma referência especial para o meu Vice-Presidente, o Professor Jorge Mendes, que teve um trabalho preponderante para o desfecho que estamos a ter. Primeiro lembrava que entrámos nesta Câmara no dia 21 de outubro do ano de dois mil e treze, e no dia 22 de outubro, o senhor Professor Jorge Mendes já estava conjuntamente com a equipa técnica numa reunião na CCDRN, marcando aí presença desde o princípio até ao fim deste processo. Na altura ficaram surpreendidos por ser um político a estar presente nestas reuniões, mas isso não era mais do que reforçar a necessidade que tínhamos de ver concluído este processo. Quero por isso deixar aqui uma nota de apreço pela dedicação, pelo trabalho político que teve e também pela capacidade de integrar todos os que participaram, sem discriminações. Todos os meses houve nesta sala reuniões com os técnicos que operam no território para que pudessem explanar as suas vontades, as suas dúvidas, as suas preocupações e poderem ajudar, porque este é um processo de todos. Todo o processo foi um trabalho sério, participado e a todos quero agradecer. Hoje sei que quem vai votar a favor vota com a plena consciência de que o trabalho foi feito com toda a dedicação e com toda a transparência. É meu dever enquanto Presidente da Câmara agradecer a todos aqueles que contribuíram de forma positiva, de forma séria, para o bem de todos. Por todas estas razões, o meu muito obrigado a todos”.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 2, abstenções: 27, votos a favor: 23**. Foi Também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

A senhora Deputada **RAQUEL MARINHO** fez a declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra: “A proposta de revisão final do PDM que hoje se aprova neste órgão deliberativo não é a nossa proposta. Só poderia ser nossa, se tivéssemos contribuído ativamente na sua elaboração, conforme consagrado no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio. Foi-nos sonogado esse direito.

Contudo, pior que aprovar este PDM, seria não o viabilizar de todo. É chegada a hora de colocarmos um fim a um processo que dura há mais de 10 anos. A indefinição não beneficia ninguém, apenas prolonga o estado vegetativo de algo que, ligado às máquinas, se vai mantendo no limbo. Na política, tal como na vida, não vale tudo e a todos nós que aqui estamos, hoje, eleitos democraticamente que fomos, nos caberá a exigente missão de defendermos os cabais interesses de todos os amarantinos, de forma responsável e séria.

Está na hora, por isso, de falarmos do futuro. Por isso Gondar pergunta: qual é o futuro da margem esquerda do Tâmega? Qual é o futuro para o território rural do nosso concelho?

O plano diretor de um município é um instrumento de gestão territorial, no qual se devem reconhecer estratégias e políticas de desenvolvimento socioeconómico. Caberá ao PDM classificar e qualificar os nossos solos, reconhecendo-lhes uma determinada aptidão. À grande maioria do solo, em Gondar e na margem esquerda do Tâmega, foi-lhe reconhecida a aptidão rural e, de facto, tendo em conta a sua paisagem natural, as suas características tipo-morfológicas e ainda os seus condicionalismos topo-geográficos, não seria de esperar outra coisa e em bom rigor, ter as serras do Marão e da Aboboreira como jardim, é para nós motivo de orgulho. Não obstante, manter um jardim, ainda que seja um desafio, não é fácil. Por isso, questionamos, novamente: quais são as estratégias para o nosso território e de que forma se encontram materializadas nesta revisão do PDM?

É nosso entendimento, que o PDM deverá ser, acima de tudo, um potenciador de oportunidades que minimizem os desequilíbrios existentes no nosso território, através de uma atitude responsável e assertiva na gestão dos seus solos, para que, no caso específico do nosso concelho, as margens do Tâmega, ainda que fisicamente separadas, transmitam a força de um território social, cultural e economicamente coeso. Contudo, enquanto a maioria de nós tiver uma visão redutora sobre o que é um PDM, então permaneceremos vítimas das circunstâncias. Enquanto a maioria de nós, considerar que o PDM se limita única e exclusivamente a parâmetros construtivos, vocacionados para a urbanidade, então, a tragédia de Pedrogão Grande não será apenas memória, mas passará a pesadelo constantemente vivido. Num território como o nosso, onerado por vastas áreas de aptidão agrícola e florestal, muitas delas abandonadas por total falta de estratégias, é urgente entender que o ordenamento do território não se pode limitar à realidade dos centros urbanos consolidados. Reconhecemos ser um problema estrutural, que ultrapassa as competências dos Municípios, por isso, mais do que nunca, o nosso PDM deve materializar um esforço conjunto.

Não é a igualdade que pretendemos. Queremos equidade. Queremos reconhecimento. Queremos valorização. Queremos oportunidade.

A revisão final deste PDM que hoje se aprova foi enquadrada pelas premissas constantes no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio que incidem numa gestão territorial de promoção da concentração urbana, com redefinição, no sentido da redução e controlo, de polígonos urbanos, sobredimensionados pelos planos diretores municipais de primeira geração. Até hoje, no nosso concelho, os solos eram classificados como urbanos, urbanizáveis e rurais. Amanhã, os solos passarão a ser urbanos ou rústicos. Em todo o território classificado como rústico, só será incentivada a edificação nova para usos habitacionais e compatíveis com estes, em solos qualificados para essa aptidão, designados pelas categorias de aglomerado rural e edificação dispersa. Fora destes polígonos onde é permitido edificar, ainda que inseridos em solo rústico, sobra todo um vasto território natural que abraça grande parte da margem esquerda do Tâmega, nomeadamente Gondar. Para este território implementa-se uma política de reconstrução e reabilitação do existente, em detrimento da construção de raiz, no que concerne a determinados usos, assistindo-se a um incentivo à produção agrícola, agropecuária, à implantação de indústria vocacionada para a produção do setor primário e de transformação desses produtos e ao investimento no turismo.

Este é então o futuro. O nosso futuro. O futuro da maioria esmagadora do território da margem esquerda do Tâmega. Um futuro que fala sobre a recuperação dos solos com aptidão agrícola para produção, promovendo a agricultura e investimento na indústria do género, transformando o que, afinal, temos de melhor, em atividade económica sustentável, geradora de riqueza e de postos de trabalho, capaz de manter um mercado equilibrado e competitivo, garantindo, sobretudo, a permanência das nossas gentes, nos seus lugares. O mesmo princípio se aplicará ao Turismo, na

esperança que possa elencar o nosso património natural e arquitetónico. Esta é a estratégia. Pegar, afinal, orgulhosamente, na matéria-prima que nos distingue, que nos torna especiais e potenciá-la. Promover a nossa endogenia, mostrando que a sustentabilidade do nosso território poderá passar pela promoção da nossa identidade. Mas, onde estão, então, os meios? Onde estão os instrumentos, as ferramentas, os apoios, os incentivos? Onde está uma rede integrada? Onde estão os canais de comunicação e informação? Como chegará à população a materialização destas estratégias? Onde estão as medidas concretas? Onde estão as parcerias?

A Freguesia de Gondar, concretamente, apesar de se inserir social e geograficamente num território de índole rural, conforme se vê espelhado nesta revisão do PDM, não se encontra abrangida pela Baixa Densidade, significando, na prática, que as candidaturas dos Gondarenses a fundos comunitários do Programa 2020, no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Rural, especificamente vocacionados para projetos em território rural, são inviáveis. Infelizmente esta realidade é transversal a várias freguesias da margem esquerda do Tâmega e só demonstra um total desfasamento entre o que é verdadeiramente estratégico e as respostas concretas na sua materialização.

Senhor Presidente da Câmara, este não é o nosso PDM. Mas queremos que seja. Aguardamos, por isso, com expectativa que este documento se assuma como dinâmico, em permanente construção e adaptação. Um documento em aberto e capaz de se ajustar às realidades, aos fluxos, às expectativas e à vida das pessoas e para isso é por demais vital a participação ativa e permanente das juntas de freguesia, num desafio que, afinal, a todos diz respeito”.

PONTO Nº 5 - Análise, discussão e votação da proposta da Primeira Revisão ao Mapa de Pessoal

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores Deputados:

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra o senhor Deputado disse que a razão que o levava a vir ao púlpito usar da palavra se prendia com as razões que o fazem estar ali, que são as razões de natureza política. De amanhã a três meses teremos eleições autárquicas. Sempre tive para mim enquanto político que nunca aceitarei vencedores antecipados, nem derrotados antecipados. Como entendo que esta revisão ao mapa de pessoal a três meses de eleições carece de sentido, e de oportunidade política, julgo que é inoportuno neste momento trazer aqui à discussão esta alteração. Sei que o documento de proposta vem genericamente bem instruído à exceção de um ou outro aspeto com o qual discordo, mas não quero fazer uma consideração de natureza individualizada quanto aos lugares criados, a criar, ou a extinguir. O sentido de voto neste contexto, e atualmente sou daqueles que reconheço a total legitimidade a quem vence eleições, para governar em função das suas opções. Mas dado que estamos a três meses de eleições acho inoportuno, e porventura eticamente pouco correto, politicamente, aprovar-mos aqui, e agora, esta alteração. Quero ressaltar, e porque sei que está prevista a criação de um determinado número de lugares para as AEC'S, que essas poderão vir a ser prejudicadas. Iniciam-se a partir de setembro, e por isso, esses processos têm de ser desencadeados. O PS mantendo o sentido de orientação de voto, contrário a esta revisão, manifesta total concordância para aprovar uma alteração que contemple a questão das AEC'S. É este o sentido de orientação do PS, que julgo que é facilmente compreensível. Os únicos lugares que nos parecem imprescindíveis, são os das AEC'S, e para esses, daremos o nosso aval para a alteração do quadro de pessoal.

JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que “este documento só define as linhas orientadoras. Para consubstanciar essas orientações só o podemos fazer em Reunião de Câmara. A Câmara tem todo o direito de vetar a abertura de qualquer concurso. O que os senhores estão a fazer, é dar a possibilidade de se poderem abrir os procedimentos por exemplo para as AEC'S. Se for chumbado, é muito simples, não se abrem os procedimentos, e volta novamente para as escolas essa responsabilidade, se é essa a vontade. Eu acho que devia haver uma orientação clara, porque não podemos andar aqui sem rumo. Há pouco falava-se aqui em seriedade, e seriedade, é isto! Houve muitas escolas que pediram que fosse a Câmara a assumir essas responsabilidades, nós assumimos, resultou, e as escolas querem que continue assim. Se os senhores não querem assim, por mim tudo bem. Eu não vou fazer uma reunião extraordinária para esse efeito. Fica muito caro fazer uma Assembleia Municipal. Este mapa contempla a abertura de concurso para duas áreas fundamentais, que é para cozinheiras e para motoristas. Não vamos abrir mais concurso nenhum. Mesmo que eu o quisesse fazer, os senhores Vereadores que são a maioria na oposição não o deixariam fazer, e aliás iam usar isso como instrumento de arremesso político na campanha eleitoral. Também devem compreender que se tivesse de o fazer, não seria agora. Para esta situação das cozinheiras e dos motoristas não precisamos desta revisão porque já estão contemplados.

Com a entrada de uma nova técnica para os Recursos Humanos, houve a necessidade de rever todos os procedimentos. Perguntou-se aos Serviços o que é que era necessário, o que é que era para extinguir ou prover. Esta proposta retrata as necessidades dos Serviços, o que não quer dizer que se vá materializar. Se peca por tardio, eu peço desculpa. Isto era para ir à Assembleia de abril. Na altura, pela primeira vez na história da Câmara Municipal de Amarante, foi reprovado um documento técnico. Mas chumbaram porquê? Na história da Câmara Municipal, nunca este documento foi chumbado, nem quando só estavam dois Vereadores em exercício de funções e a Oposição tinha claramente a grande maioria, e sabem porquê, porque havia dimensão política para se perceber que isto não era para se chumbar. E agora estão-me a acusar. Porquê agora? Então porque é que não chumbaram em abril? Em abril votavam e não havia este constrangimento. Agora, há uma coisa que é certa, e não me venham dizer que é só para as AEC'S, isso não lhes fica bem, e não é sério pedir isso. O que os senhores me estão a dizer é que com essa prerrogativa nem sequer poderia abrir concurso para cozinheiras e motoristas. Isso não é sério. Eu não posso trazer um mapa de pessoal onde só possa abrir concurso para as AEC'S. Os senhores farão o que entenderem. Se querem chumbar, chumbem. Agora, responsabilizem-se pelo ato que vão tomar, porque depois vão ter de o explicar às pessoas”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que talvez não tenha entendido bem a intervenção do senhor Deputado do PS, porque na reunião de Câmara os senhores Vereadores do PS abstiveram-se, embora não tenha que perceber, porque cada um vota conforme entender. Quanto à minha Bancada sugiro que votem a favor.

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra disse que não tem por hábito fazer o contraditório daquilo que o senhor Presidente diga como certo. Com este documento, o senhor Presidente da Câmara não fica impedido de abrir concursos para cozinheiras e motoristas. O que está aqui em causa são cinco lugares para auxiliares de ação educativa. Tem toda a liberdade e legitimidade para o fazer, porque este documento pode ser alterado a todo o

momento. Os que não pode, sem esta revisão, são os das AEC'S. Se o senhor não tem intenção nenhuma, então porque é que não faz este mapa no fim do ano com o propósito de os abrir só no próximo ano? Nós estamos disponíveis para viabilizar a questão das AEC'S. Os únicos documentos que não podem ser alterados são o Plano e Orçamento e a Conta de Gerência. Este pode ser alterado.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que a posição da Bancada do PS foi aqui manifestada pelo professor Jorge Pinto. Nós viabilizamos a proposta relativamente às AEC'S, e esta é uma proposta que pode ser alterada. Aquilo que nós também entendemos, é que é pouco sério e com muita habilidade política, fazer uma proposta de criação de lugares, que o senhor Presidente diz que afinal não vai abrir. Afinal qual é a intenção relativamente a esta proposta?

Relativamente à questão das AEC'S nós temos dúvidas porque há um número diferente de criação de postos de trabalho relativamente aos do ano passado. Mas aquilo que nos parece é que o número de postos de trabalho que foram criados o ano passado se mantêm na mesma para este ano. Por isso perguntamos ao senhor Presidente da Câmara se isso corresponde à verdade e qual a necessidade de se fazer esta revisão? Não pretende o PS impedir que a Câmara proceda à abertura dos concursos uma vez que é essa a vontade da Câmara. Caso o senhor Presidente persista em apresentar a proposta tal e qual ela está, o PS apresentará uma proposta alternativa.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que não percebe quem é que dá indicação de voto à Bancada do PS. Às vezes é a Dra. Octávia, outras não é ela. Mas há aqui uma nuance muito importante. Os senhores Vereadores do PS abstiveram-se sem nenhuma limitação. Agora já sabemos que a Bancada do PS tem uma posição que não é consentânea com a dos Vereadores. Sabemos agora que a Bancada do PS não irá votar de forma consentânea com os senhores Vereadores do PS. Isto é legítimo, mas é uma incongruência política. Também me lembro que em dois mil e treze, dois ou três meses antes das eleições, meteram sessenta e quatro auxiliares de educação no quadro. Se for mentira que me desmintam. Isso é que é eleitoralismo. É preciso ter memória e o povo tem essa memória.

Por sua vez o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** disse que esta proposta pode ser alterada pela Assembleia. Tem é de aparecer uma proposta alternativa. Se não aparecer vota-se esta.

JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse lamentar este tipo de estratégia a dois meses das eleições. É lamentável utilizar este tipo de artifício político, vão ficar com esse ónus. Estamos a falar de um documento técnico e agora vêm os senhores Deputados e os senhores Presidentes da Junta para aqui tentar dizer que nós é que mandamos. Façam o que quiserem, mas vão ficar com esse ónus, porque se é uma competência vossa, então exerçam-na. Os amarantinos não vão esquecer a forma como vocês exercem o poder político, porque não pensem que assustam alguém. Politicamente, e na fotografia, vão ficar envergonhados.

Relativamente a esta matéria, não faço mais qualquer intervenção.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que lamentável, é esta forma como o nosso Presidente da Câmara vem aqui fazer chantagem com os senhores Deputados e com os senhores Presidentes da Junta. Esta forma de vir aqui ameaçar quem lhe quer boicotar alguma

coisa, embora saibamos que ninguém lhe vai boicotar rigorosamente nada. Vergonha política é fazer uma proposta que não é séria. Se o senhor Presidente não quer proceder à abertura de concursos, porque é que faz esta proposta? Isso é que é desonesto. Ainda por cima vem para aqui com este discurso. Isso é indigno. O senhor não é sério. O senhor não é digno do lugar que ocupa.

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra disse que sempre manifestou respeito por todas as pessoas que exercem cargos legitimamente eleitos, mas também exige o mesmo respeito para consigo. O senhor Presidente da Câmara nunca me ouviu dizer, direta ou indiretamente, que há falta de seriedade na sua ação política. Portanto não lhe admito que diga que da minha parte há falta de seriedade política. Já que fala em incongruências, eu vou-lhe referir uma. No passado dia vinte e oito, que foi anteontem, o Diário da República publicou três avisos com o seguinte sumário: “Conclusão com sucesso do período experimental na categoria de técnico superior”. Três avisos para a mesma categoria profissional – técnico superior, área de comunicação e relações públicas. No entanto, este documento prevê a criação de mais um lugar para a mesma categoria. Pois fique a saber que eu para esse pedidório não dou. Se isto é falta de seriedade, então eu não sou sério.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse que gostava de questionar e pedir um esclarecimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal acerca do seguinte: Lei 75/2013, artigo 25º, nº1 que na sua redação diz o seguinte: “Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, alínea o), Aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados”. Fico na dúvida depois de ter ouvido o senhor Presidente da Assembleia a dizer que esta proposta pode ser alterada. Muitas vezes quando as pessoas acusam outras de serem indignas de estarem em qualquer posição, devem lembra-se das posições que ocuparam, as que ocupam, das que querem ocupar, e principalmente, se querem vir a ocupar algumas posições, devem perceber que há coisas que não se devem dizer.

Por sua vez o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse que o senhor Carlos Carvalho leu bem. O artigo 25º da Lei 75/2013, diz na alínea o) – Competências de apreciação e fiscalização da Assembleia Municipal: alínea o): “Aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados”. Depois o número 3 do mesmo artigo diz o seguinte: “Não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referentes às linhas a), i) e m) do número 1 e a alínea l) do número anterior. Portanto, esta é claramente uma das propostas apresentadas pela Câmara que pode ser alterada pela Assembleia Municipal. As únicas que não podem ser alteradas são as Opções do Plano, a Alienação de Bens Imóveis, nem a Criação e Reorganização dos Serviços Municipais e a Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados. Também não podemos alterar, até porque era inócuo, a inventariação e alienação dos bens e as Contas do Exercício. Portanto, a alínea o) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, pode ser alterada pela Assembleia Municipal, desde que apareça uma proposta.

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que a Lei diz que “Não podem ser alteradas na Assembleia Municipal, não pela Assembleia Municipal”, Sendo o senhor Presidente da Assembleia um jurista, certamente saberá a diferença entre “pela Assembleia Municipal” e “pela Assembleia Municipal”. Portanto, as alterações serão sempre por proposta da Câmara na Assembleia Municipal.

ANDRÉ COSTA MAGALHÃES – VEREADOR

No uso da palavra começou por dizer que a última revisão do mapa de pessoal foi feita há um ano. A meio do ano passado fizemos uma alteração ao mapa de pessoal que foi aqui votada sem grandes constrangimentos e que, entre outras alterações, previa os lugares das AEC'S, embora tendo outros lugares que entretanto foram alterados. Por norma, em outubro, é feita sempre a proposta para o ano seguinte juntamente com todos os outros documentos, nomeadamente o orçamento. Nessa altura há a elaboração de todo um procedimento que resulta das reuniões com todos os dirigentes. Este ano, em particular no que diz respeito ao Mapa de Pessoal, aliás explicado na Reunião de Câmara não foi possível fazê-lo. E não foi possível porque nesse ano ficamos sem chefes de serviço e sem nenhum técnico superior na Unidade Orgânica a fazer esse trabalho. Daí, que o Mapa de Pessoal que foi proposto em outubro passado foi exatamente o mesmo que tinha sido votado em junho do ano anterior. Vertia as necessidades identificadas até à altura. Como não havia recursos nem condições para fazermos um novo levantamento de necessidades para ver se havia ou não oscilações, tarefa que só possível realizar em janeiro deste ano com a entrada de uma nova Chefe de Serviço. Fez uma nova auscultação junto dos dirigentes, e se virem com atenção a proposta, vão verificar que há vários lugares que foram eliminados. Esta alteração visa única e exclusivamente fazer o retrato das necessidades que existem. De todas as alterações ao Mapa de Pessoal, e esta em particular, foi feita com toda seriedade, não só pelo acordo político, mas acima de tudo, pelo acordo técnico. Esta proposta apenas faz o diagnóstico das necessidades à medida que elas vão evoluindo, à medida que nós temos pessoas que se vão aposentar, à medida que vão havendo rescisões, baixas ou mobilidades, sendo isto vertido na proposta. A decisão de abrir ou não concursos é uma decisão que cabe ao Executivo que terá de ser votada. Agora não me parece que pelo facto de nós não termos perspectivas de nos próximos meses abrir os lugares que são criados, que isso é falta de seriedade. As necessidades existem e as prioridades têm de ser definidas. Estou à vontade para, no que diz respeito à contratação de pessoas para o Município, poder falar abertamente, não só defendendo a seriedade com que são feitas, como defendendo os princípios e objetivos que estão por detrás de cada decisão. Estou tranquilo e confortável para discutir políticas de Recursos Humanos. Tudo o que temos feito até aqui tem critérios objetivos e fundamentados, com os quais poderão ou não concordar.

Este é um documento dinâmico, e daqui a três meses poderia haver uma alteração. Este mapa retrata as necessidades que os nossos Serviços apontaram. Posso concordar ou não. Agora se os Serviços me dizem que necessitam, tenho de acreditar nisso.

Entretanto entrou na Mesa uma proposta alternativa. O senhor Presidente pôs de imediato à votação a sua admissão. A sua redação é a seguinte: “O Partido Socialista propõe alterar a proposta da Câmara de forma a que o mapa de pessoal da Câmara contemple apenas a criação dos técnicos superiores das AEC'S com o número de 78”.

Feita a leitura, foi então posta à votação a sua admissão. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 23, abstenções: 0, votos a favor: 30.**

Concluída a votação, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que ia fazer uma declaração de voto para dizer: “Votamos contra esta proposta por ser ilegal, inoportuna, e de uma nulidade notória, por total ausência de fundamentação, feita aliás, como se viu, em cima do joelho”.

Continuou a sua intervenção para dizer que registava a justificação sincera do senhor Vereador André Magalhães. É obvio que esta proposta não serve para nada e é apenas uma jogada política e eleitoral. Foi deitado ao lixo todo um trabalho. Os

senhores Vereadores do PS, em março, votaram contra e pediram a fundamentação dos Serviços. No documento que hoje está aqui presente, abstiveram-se. Para além disso, os senhores Vereadores do PS que se abstiveram sem qualquer condicionante, veem hoje o seu sentido de voto ir por água abaixo. O que é que eu faria no lugar dos senhores Vereadores do PS? Eles lá saberão. Eu sei muito bem o que faria!

JOAQUIM TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra disse que a proposta da Câmara é séria e estamos a perder demasiado tempo. Eu não sou jurista e não sei se o senhor Presidente tem outra alternativa, mas se tivesse, devia ir por essa via. Eu seguiria aquilo que faz o Governo Central que indica como quer, e como lhe apetece, a criação de técnicos para lugares que não existem.

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra disse que queria lembrar o senhor Vereador André Magalhães que na sua primeira intervenção reconheceu que o documento estava bem instruído. Disse que ouviram os Chefes de Serviço e que nem todos se pronunciaram muito bem, e se virem com alguma atenção, até veem que há referência a um técnico da Câmara que não é sócio e que tem as cotas em atraso, matéria que não tem qualquer importância para aqui. Também ficamos a saber que contrataram um engenheiro de natureza civil para substituir um bacharel. Um bacharel é um engenheiro. Vocês querem substituí-lo? Vão despedi-lo? Essa é a parte sobre a qual eu me quis pronunciar e que não me agradou. Mas por uma questão de respeito, disse de forma bem clara que a proposta estava bem elaborada, nomeadamente pela senhora Chefe de Divisão dos Recursos Humanos. Quero é que fique claro que aquilo que eu disse é que estávamos a três meses das eleições, e que por uma questão de ética política, não é correto neste momento estarmos a alterar o quadro de pessoal. Agora, quem ganha tem o direito de contratar quem lhe parece mais pertinente, mais útil, para a satisfação das políticas que quer seguir. É em nome dessa ética que eu defendo que não há derrotados antecipados nem vencedores antecipados. Esperem uns meses, salvaguardando-se a questão das AEC'S e depois prossigam com toda a legitimidade legal. Não há com isto afronta nem desrespeito, bem pelo contrário!

CARLOS CARVALHO - PSD

No uso da palavra disse que aquilo a que estamos a assistir é algo que podia ter sido feito pelos Vereadores do PS em Reunião de Câmara. Se existia alguma coisa a apontar a esta proposta não tinham optado pela abstenção em Reunião de Câmara, tinham feito a mesma proposta de alteração. Que se realce aqui que o que está a acontecer é uma manobra de gincana política por parte do PS, que não quer mais do que criar trunfos, supostamente eleitorais para tentar acusar aqueles que estão hoje no Executivo de não serem sérios. Mas o que está aqui a acontecer é a falta de seriedade do PS, que primeiro desconsiderou os seus Vereadores e a seguir vem a uma Assembleia Municipal fazer este pedido de alteração. Fica para a análise de qualquer Amarantino perceber, ou não, porque é que não foi feito em altura própria, na Reunião de Câmara. Se era assim tão complicada esta proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, porque é que o PS não fez isto em devida altura? E apenas decidiu fazê-lo hoje?

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que pela intervenção anterior se ficou a perceber que este Órgão não precisa de funcionar para a Bancada do PSD, ou pelo menos, para o senhor Deputado. Pelos vistos parece que não estamos cá a fazer nada e temos de estar sempre de acordo com aquilo que é a postura da Câmara. Não é essa a postura da Bancada do PS nesta Assembleia Municipal. Mas também que ninguém tenha

ilusões, eleitoralismo não é boicotar esta proposta. Se a nossa posição estivesse apenas a pensar nas eleições que se aproximam, nós viabilizávamos esta proposta, porque era muito mais fácil para o PS.

De seguida o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** disse que a Assembleia Municipal é um Órgão independente do Órgão Câmara Municipal. Não admito enquanto Presidente da Assembleia Municipal que se queira transformar este Órgão numa correia de transmissão do que é decidido na Câmara Municipal. Este Órgão tem toda a liberdade para decidir, porque é o Órgão deliberativo por excelência.

CARLOS CARVALHO - PSD

No uso da palavra disse que ia usar a figura da defesa da honra, porque não aceita que a senhora Deputada venha de alguma forma dizer que eu entendo que as Assembleias Municipais servem para nada. Estou aqui tão eleito como a senhora está. Também não disse e não aceito o reparo do senhor Presidente da Assembleia Municipal de que a Assembleia Municipal não podia fazer nada quanto a isto e que era apenas um veículo transmissor do que acontecia em Reunião de Câmara. O que eu quis dizer e constatar, é que estamos perante um facto político, porque o PS podia ter feito, em devida altura, a proposta que faz hoje, e que se escolheu hoje, é na minha opinião, mera tática política.

ANTÓNIO ARAÚJO - PSD

No uso da palavra disse que registava “As sábias palavras do senhor Presidente da Assembleia, mas também me lembro quando nós tentámos aqui alterar os Estatutos do IET, e o que é que o senhor Presidente da Câmara disse? E se for preciso vou ressuscitar essas palavras, porque tenho-as registadas.

Mas voltando a isto e vendo todo este jogo político antes das eleições, reparem que isto foi a primeira vez, desde que a senhora Deputada é líder desta Bancada que não foi ela que veio dar indicação de voto. Foi o senhor Professor Jorge Pinto que veio dar essa indicação de voto. A senhora Deputada quis fazer o jogo, mas não quis que saísse dela. Isto demonstra muita coragem política e demonstra uma grande dimensão política. Eu se fosse líder da Bancada, vinha corajosamente dar a indicação de voto. Os senhores Deputados do PS vão ter de explicar, caso venha a haver algum constrangimento no funcionamento da Câmara, bem como na falta de cozinheiros e de motoristas. Porque é que não votaram este Mapa de Pessoal? O PS vai ter de explicar porque é que queriam fazer isto, e não o fizeram oportunamente, aquando da discussão e aprovação da proposta na Reunião de Câmara.

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

Usou de novo da palavra para dizer ao senhor Deputado que a Bancada do PS como tem muita gente com qualidade, permite que os seus Deputados deem indicação de voto. Não é sempre a líder da Bancada que tem de o fazer, e ao longo destes quatro anos isso já aconteceu várias vezes. Isso é um problema da Bancada do PS. O senhor Deputado está muito preocupado com o PS mas não tem porquê. O senhor está muito preocupado, mas devia era preocupar-se com a Bancada do PSD.

Quanto à questão dos concursos, e isso ficou bem explicado pelo senhor Presidente da Câmara, os únicos que eram necessários para se abrirem os concursos, eram os das AEC'S. Os dos cozinheiros não estão em causa. Em termos de constrangimento, não se vislumbra qualquer constrangimento. O PSD apenas está a tentar criar um facto político para arranjar alguma argumentação. Sendo assim, dou à Bancada a orientação para votarem favoravelmente a proposta.

ANTÓNIO ARAUJO – PSD

No uso da palavra disse que não abdicava de registar que a responsabilidade política pelos efeitos nefastos que possam acontecer são da responsabilidade dos senhores Deputados do PS e nomeadamente da sua líder, Dra. Octávia Clemente. Eu não disse isto inocentemente, porque o primeiro Deputado do PS era o Professor Jorge Pinto, e quem passou a ser a líder foi a Dra. Octávia. Num assunto desta relevância era exigível, politicamente, que fosse a líder da Bancada a ter a primeira palavra neste assunto.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia disse que se iria então votar proposta alternativa, que permite apenas admitir 78 técnicos para as AEC'S.

Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 23, abstenções: 4, votos a favor: 26.** Com este resultado fica prejudicada a proposta da Câmara Municipal. A proposta foi também votada em minuta por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

O senhor Deputado **ANTÓNIO ARAÚJO**, fez a seguinte declaração de voto: “Votamos contra quer pelo aspeto de ser, no nosso entender, uma mera estratégia política eleitoral, delineada pela Bancada do PS, isentando aqui os senhores Vereadores do PS, e também por entendermos que a proposta é ilegal e nula, por total ausência de fundamentação”.

PONTO Nº 6 - Análise, discussão e votação do Pedido de emissão e declaração de interesse público municipal – Requerente: União das freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei. Local: Rua Central de Carneiro

Relativamente a este ponto apenas usou da palavra o senhor Presidente da União de Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei, que disse que sendo o local situado em Carneiro, um parque de merendas frequentado por muita gente, necessita urgentemente da construção de umas casas de banho de apoio.

Terminada a intervenção, passou-se de imediato à votação deste ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta também por **UNANIMIDADE**, para produzir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos quando era uma hora e trinta minutos do dia 1 de julho.

Da reunião foi a lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

